



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 15 de setembro de 2015. _____

1

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e vinte cinco minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1746 e 1747/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 1748, 1749 e 1750/2015 – Brás Zagotto; 1751 e 1754/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1753/2015 – Lucas Moulais; 1755/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761 e 1762/2015 – Alexandre Valdo Maitan. **Requerimentos:** 1459, 1460, 1461, 1462 e 1507/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474 e 1475/2015 – Lucas Moulais; 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505 e 1506/2015 – José Carlos Amaral; 1508 e 1509/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525 e 1526/2015 – Delandi Pereira Macedo. **Ofícios:** 2530, 2531, 2532, 2533, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2556, 2557 e 2562/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 2536/2015 – PMCI – Cristiane Resende Fagundes Paris – Secretária Municipal de Educação; 2560/2015 – PMCI – Soraya Hatum de Almeida – Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos; 2561/2015 – Caixa Econômica Federal – Hugo Canos Júnior – Supervisor de Atendimento – e Lucinete Maria Figulha – Gerente Geral da Agência de Cachoeiro de Itapemirim. **Convite:** Sessão Solene da Câmara Municipal de Brejetuba, dia 25/09/2015, às 17:00 horas, no Plenário Mary Carmem Canto Dias – Silviomar de Souza – Presidente. **Projetos de Lei:** 193/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 194, 195 e 197/2015 – Wilson Dille dos Santos; 196 e 198/2015 – Poder Executivo; 199/2015 – Ely Escarpini. **Projeto de Resolução:** 18/2015 – Fabrício Ferreira Soares. **Projetos de Decreto Legislativo:** 310, 319 e 320/2015 – Lucas Moulais; 311, 313 e 316/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 312, 314 e 315/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 317 e 318/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 321 e 322/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Interrompe a Sessão Ordinária e passa a palavra ao

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

cerimonial para que seja prestada Homenagem Especial à atleta Laís Paixão, Tricampeã Estadual de Judô. / **Mestre de Cerimônia:** — Registra que o Presidente Júlio César Ferrare Cecotti e demais vereadores sentem-se honrados em receber a todos para esta Sessão Solene em que será concedida Homenagem Especial à atleta Laís Paixão, a pedido do Vereador Rodrigo Pereira Costa. Convida para tomarem assento ao lado da tribuna a homenageada Laís Paixão e seus familiares. Pede a todos que fiquem de pé para acompanharem a execução dos Hinos Nacional Brasileiro e do Município Cachoeiro de Itapemirim. Passa a palavra ao presidente para que faça uma saudação à homenageada. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Inicia dizendo que é com orgulho que a Câmara homenageia a Laís, tricampeã estadual de judô. Destaca que o esporte ajuda a tirar as crianças dos caminhos errados e do mundo das drogas, dando-lhes mais saúde, e acrescenta que o Município precisa ajudar o setor esportivo. Finaliza parabenizando a atleta, por ter conquistado muitos títulos representando bem Cachoeiro, e os seus familiares. / **Mestre de Cerimônia:** — Fraqueia a palavra ao Vereador Rodrigo, que é o proponente da homenagem. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Começa dizendo que é uma honra e uma satisfação homenagear a Laís, já que é um adepto do esporte. Confirma as palavras do presidente, destacando que o esporte é o caminho que a juventude tem para evitar o mundo das drogas e da marginalidade. Informa que implantou em sua comunidade o Projeto Recantinho com vistas a beneficiar mais de setenta meninos, levando cidadania a todos eles. Enaltece a Laís, registrando que, com seus doze anos de idade, ela possui um currículo invejável e já participou de vários torneios de judô no Estado, sendo tricampeã estadual. Adianta que ela vai disputar o Campeonato Brasileiro de Judô, no Estado da Bahia, e, por isso, esta Casa a homenageia. Saliencia que é preciso valorizar o esporte em Cachoeiro e que há aqui muitos jovens com grande potencial em todas as modalidades. Lembra que, recentemente, esta Casa promoveu uma homenagem a atletas da Escola Cristo Rei e também do CIAC, que se destacaram em nível nacional. Comenta que já recebeu inúmeros lutadores de judô em seu gabinete, solicitando ajuda para viajarem e disputarem campeonatos. Ressalta que há vários empresários que, mesmo com essa enorme crise econômica, acreditam no esporte e ajudam os atletas que buscam espaço em âmbito nacional. Parabeniza a Laís pelo empenho e dedicação ao esporte, a Janaina, mãe da atleta, ao Marcelo e ao avô da jovem. Pede que esta Casa continue reivindicando políticas esportivas cada vez mais fortes para que os jovens encontrem locais onde se qualificar e praticar as modalidades que desejam para, assim, surgirem mais atletas como a Laís e outros que representam bem o Município. Finaliza desejando que a Laís possa voltar a esta Casa com o título de campeã brasileira de judô. / **Mestre de Cerimônia:** — Passa a palavra à mãe da atleta. / **Janaina Paixão:** — Inicia dizendo que este é um momento de muita alegria para ela como mãe da Laís, pois normalmente as meninas não são incentivadas a estarem presentes nos tatames. Registra que a primeira luta que a Laís venceu foi contra a obesidade infantil, já que, com nove anos de idade, ela tinha dez quilos a mais do que tem hoje, tendo emagrecido dezoito quilos, graças ao judô. Frisa que, como enfermeira, não pôde ajudar sua filha da mesma forma como fez o judô, esporte esse que trouxe para a vida da Laís disciplina, atitude e experiências, com derrotas e vitórias. Alerta que muitos atletas com talentos invejáveis saem de Cachoeiro sem apoio financeiro. Agradece ao Vereador Rodrigo e a toda a Câmara pela homenagem

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

prestada a sua filha como forma de incentivar o esporte. Finaliza pedindo a torcida de todos pela Laís, que vai competir na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia, no próximo final de semana. / **Mestre de Cerimônia:** — Convida o Vereador Rodrigo Pereira Costa e os membros da Mesa Diretora para entregarem a Homenagem Especial à atleta Laís Paixão. A seguir, foi franqueada a palavra ao Sr. Marcelo Dias / **Marcelo Dias:** — Começa dizendo que é uma grande satisfação estar nesta Casa, levantando o nome de uma atleta de nível nacional, assim como outros de Cachoeiro. Explica que faz um trabalho voltado à valorização não só do atleta, mas do ser humano. Diz que é uma alegria ter Laís como atleta e filha e que ela está levando o nome de Cachoeiro para o campeonato brasileiro. Repete que Laís já ganhou a primeira luta que foi contra a balança, assim como outros atletas. Prossegue informando que representa uma academia cujo polo é do Japão, chamada Associação Yamate de Judô, sendo que lá fora a cultura é bem diferente da do Brasil, havendo horários e obrigações no dia a dia, sempre com um caminho a ser traçado. Finaliza agradecendo ao Vereador Rodrigo pela homenagem prestada e diz que o melhor da vida é o desafio, pois, ganhando ou perdendo, sempre há uma história. / **Mestre de Cerimônia:** — Encerrada a homenagem, convida, a se dirigirem à frente do plenário, os vereadores, a homenageada e seus familiares para o registro de uma fotografia oficial. Agradece a presença de todos e os convida para continuarem prestigiando os trabalhos desta Casa de Leis. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Inicia registrando que no dia 16/09, amanhã, às 18:30 horas, haverá uma audiência pública para discutir projetos de interesse dos distritos e pede a todos os vereadores que compareçam. Lembra que haverá outra audiência pública no dia 23/09, também a ser realizada pelos vereadores, mas que muita gente mal informada costuma dizer que eles não fazem nada. Classifica como uma boa atitude ouvir o povo a respeito de determinados projetos e acrescenta que os vereadores de Cachoeiro nunca se furtaram a escutar a voz das ruas. Segue enfatizando a possibilidade de serem feitas alterações nos projetos encaminhados pelo prefeito. Comenta que foi lido no Expediente da Mesa o projeto do Poder Executivo, criando um programa de recuperação fiscal, proposta essa que será discutida e votada na última sessão do mês de setembro, por demandar tempo para análise dos vereadores. Esclarece que, muitas vezes, as pessoas não pagam suas contas por não terem condições financeiras, principalmente quando a cobrança ocorre em apenas uma parcela. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Questiona a partir de quando esse projeto passará a valer. / **David Alberto Lóss:** — Responde que será a partir do momento em que for aprovado e sancionado e explica que se for aprovado em setembro passará a vigorar em outubro. Avisa que quem tem processo executado deverá requerer que a ação seja suspensa e se inscrever nesse programa. Encerra lembrando que a prefeitura não vai mais executar ninguém que deve menos de 1 mil 185 reais. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Informa que cederá cinco minutos do seu tempo do Grande Expediente para que o motoboy Paulo Vitor use a tribuna e exponha as dificuldades enfrentadas pela categoria em Cachoeiro. Segue registrando que já fez vários requerimentos, solicitando a poda de árvores na estrada que vai para Córrego dos Monos para, assim, melhorar a visibilidade. Comenta que, no sábado, houve um acidente na entrada de Moitãozinho no qual morreram duas moças e frisa que, por ser uma estrada perigosa, em

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

quase todos os acidentes ocorridos naquele local há vítimas fatais. Salaria que fez pedidos para que sejam colocados quebra-molas na entrada de Córrego do Óleo, na saída de Córrego do Brás e em Córrego dos Monos e que isso surtiu efeito, diminuindo o número de acidentes. Fala sobre a necessidade de fazerem algo na entrada de Moitãozinho e numa saída nova naquela região, que são locais muito perigosos, e registra ter enviado um ofício ao DER solicitando providências. Acrescenta que um deputado reclamou sobre o DER de Cachoeiro, mas que ele, Luisinho, todas as vezes que fez ofício ao referido órgão foi atendido, a exemplo de quando solicitou a sinalização na entrada de São Vicente, local muito perigoso. Recorda que o Paulo Grola fez um pedido para a colocação de um pardal eletrônico na região em que reside e agora os veículos passam em velocidade baixa, contribuindo para a redução do número de acidentes. Comenta que aqueles que desejam se candidatar a um cargo político devem estudar as situações, preparando projetos bons para o povo, e não para o seu próprio bolso. Enfatiza que sempre será a favor do que é bom para o povo, não importando de que partido surjam as ideias. / **José Carlos Amaral:** — Começa classificando os 20% da reforma política como bons, inclusive comenta que ficou feliz com relação ao tempo de TV que caiu de trinta para dez minutos, com inserções durante os intervalos dos programas exibidos pelos canais. No que diz respeito à filiação partidária, informa que o vereador, interessado em concorrer à eleição por outra sigla, poderá deixar o partido trinta dias antes do prazo estabelecido. Alerta que, com as mudanças no tempo de TV, os novos candidatos terão que andar muito e dizer a verdade, pois os favorecidos serão aqueles que o povo já conhece. Sugere que as pessoas interessadas em ser candidatas busquem as redes sociais e as comunidades para se tornarem mais conhecidas, considerando que a próxima eleição será ótima para aqueles vereadores que já fazem parte da vida do povo. Convida os interessados a serem candidatos e aqueles que não estiverem satisfeitos em seus partidos a se filiarem no Democratas e no PSB. Recorda que sempre jogou sem bola nesta Casa e que isso é a melhor coisa a ser feita como político, ou seja, atuar sem nenhum marcador em cima dele. Por fim, diz que os moradores dos Bairros Nossa Senhora Aparecida, Santa Cecília e Santa Helena estão pedindo socorro, porque as ruas estão cheias de lama. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Inicia falando sobre uma indicação que fez a respeito dos pacientes que se submetem a cirurgias fora de Cachoeiro e têm dificuldade para serem atendidos nos pronto-atendimentos deste Município, caso tenham dor, febre ou um pequeno sangramento, problemas fáceis de serem resolvidos. Relata que os membros da Comissão de Saúde desta Casa de Leis tiveram uma reunião com o secretário de Saúde, ocasião em que trataram sobre a sugestão que ele, Rodrigo, deu para que seja criado em Cachoeiro um protocolo, visando a prestação desse tipo de atendimento. Frisa que é importante que os hospitais de Cachoeiro tenham as portas abertas para que os pacientes consigam resolver esse tipo de problema, não sendo necessário irem até o local onde foram operados, o que é complicado. Aponta que outro problema diz respeito à regionalização da saúde, o que vem sendo comentado pelo Secretário Estadual dessa área, o Ricardo de Oliveira, desde o início do ano. Informa que o secretário disse que essa regionalização vai melhorar o atendimento, acabando com a necessidade das pessoas terem que ir para fora do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

Município fazer exames, cirurgias e outros procedimentos. Salienta que o próprio secretário disse que são vans e mais vans nas estradas levando pacientes, que correm riscos de acidentes. Lembra que já ocorreram acidentes com a morte de pacientes, como a de uma menina que foi fazer uma revisão de cirurgia e perdeu a vida na estrada. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Pergunta se é verdade que no prédio da Superintendência de Saúde funcionará um hospital materno-infantil. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Registra que o Deputado Ferrazo sempre defendeu que o hospital a ser implantado naquele prédio fosse materno-infantil e que, agora, o Deputado Rodrigo Coelho também está levantando essa bandeira, deixando nítida a existência de uma parceria entre esses dois parlamentares. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Frisa que, se o Vereador Rodrigo está insinuando que Ferrazo apoiará o Rodrigo Coelho para prefeito, pode descartar essa ideia, porque isso não existe. Diz que está sabendo que o Rodrigo Coelho é quem apoiará Ferrazo. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Explica que a maior parte do terreno onde foi construído o prédio que abriga a Superintendência de Saúde era do Hospital Infantil, o que hoje pertence ao Município. Diz que deverá ser feita a reversão, ou seja, o Município passar o prédio para o Estado gerenciar o hospital materno-infantil. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Esclarece que o Município fez uma licitação para definir que hospital de Cachoeiro tomaria conta do materno-infantil. Ressalta que o Hospital Infantil ganhou a licitação e assumirá o materno-infantil. Enfatiza que sempre defendeu a instalação de um hospital materno-infantil naquele local, considerando a existência dessa demanda em Cachoeiro e no Sul do Estado. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Pergunta se o Governo do Estado já devolveu o aquele prédio para o Município. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Responde que sim. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Alerta quanto à necessidade de esta Casa repassar aquele terreno para o Hospital Infantil. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Pontua que não se pode desistir da luta para a implantação de um hospital público geral para as 700 mil pessoas que moram na Região Sul do Estado. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Comenta que o poder dos vereadores junto ao Governo do Estado não é tão grande quanto o dos deputados, que podem ajudar nesse processo, e sugere que seja formada uma frente para cobrar do secretário de Saúde e do Governador Paulo Hartung uma resposta quanto a essa situação, como foi feito em relação ao retorno do 190 para Cachoeiro. Lembra que o secretário de Saúde anterior disse que estava de mãos atadas e que quem dava as cartas eram os deputados, mas que o atual secretário frisou que a política deve estar de um lado e a gestão do setor de saúde de outro, não havendo interferência política nessa esfera. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Cita que há na Câmara uma lei proibitiva, votada em 2009, impedindo a doação daquele terreno e do prédio se não for para implantar lá um hospital com 100% de atendimento público. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Diz que vai estudar essa lei e buscar saber, junto ao Município e à diretoria do Hospital Infantil, como será gerenciada aquela entidade e se o atendimento prestado lá será 100% pelo SUS ou não. Finaliza dizendo que, se existe essa lei, ela deve ser cumprida ou, então, sofrer uma emenda, adequando-a. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Registra que o Paulo Vitor utilizará a tribuna por dez minutos, no tempo cedido por ele, Luisinho, e pelo Vereador Brás, para falar sobre as dificuldades enfrentadas pelos motoboys em Cachoeiro. / **Paulo Vitor Freitas:** — Inicia dizendo que a categoria dos motoboys tem pedido ajuda, porque muitos deles trabalham sem

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

carteira assinada e recebem menos que um salário mínimo. Diz que veio aqui pedir que os vereadores olhem para a categoria com amor e carinho. Relata que todo dia precisa ir ao banco, mas não encontra local para estacionar a sua moto por apenas dez minutos, tempo esse necessário para fazer a entrega de um marmitex. Acrescenta que um agente de trânsito o impediu de parar em frente ao Banco do Brasil e sugere que os vereadores votem a criação de vagas de moto para carga e descarga e que não seja votada a cobrança de estacionamento rotativo para as motocicletas. Pergunta o que falta para que seja votada a regulamentação do serviço de moto-táxi em Cachoeiro, esclarecendo que o mesmo ajudará a população e gerará emprego. / **Pablo Rodrigues Bermud:** — Salienta que alguns dizem que os usuários de moto-táxi estão sujeitos a contrair várias doenças por compartilharem os capacetes, mas se esquecem que o mesmo risco correm aqueles que utilizam os ônibus. Comenta que é preciso olhar todos os lados e que não podem sair perdendo a população nem a empresa de ônibus. / **Paulo Vitor Freitas:** — Registra que mais de 100 motoboys de Cachoeiro não recebem seus direitos trabalhistas e acrescenta que muitas pessoas criticam a forma como esses profissionais trafegam pelas ruas, sempre correndo por conta do prazo para fazerem as suas entregas. Declara seu amor pela profissão de motoboy, destacando que é desse trabalho que tira o seu sustento e o da sua família, alcançando um salário de cerca de 4 mil reais em três empregos nesse setor. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza os motoboys pelo trabalho digno que realizam. Diz que tem vontade de comprar uma moto, mas desanima diante dos riscos que observa nesse tipo de veículo. Classifica os motoboys como heróis devido aos perigos existentes nessa profissão. Informa que a categoria pode contar com os vereadores no que couber a esta Casa. / **Fabrizio Ferreira Soares:** — Parabeniza a categoria dos motoboys e diz saber que não é fácil esse trabalho. Cita que as pessoas costumam dizer que os vereadores não fazem nada, mas é preciso esclarecer que 99% das situações que vêm para a Câmara não cabem ao parlamentar resolver. Esclarece que o projeto de lei que trata do serviço de moto-táxi deve vir do Poder Executivo, pois, do contrário, torna-se inconstitucional. Diz que achou interessante o comentário sobre o estacionamento rápido para motos e que, quando foi secretário, implantou, em frente ao Banco do Brasil, um local de parada para os carros pelo tempo de 10 minutos. Solicita que os motoboys, através de associação ou sindicato, oficiem à Secretaria de Segurança e Trânsito, pedindo que seja feito com vistas a verificar onde podem ser implantados estacionamentos rápidos para as motos. Com relação à velocidade, informa que a lei federal especifica um limite e a Câmara não pode fazer nada nesse sentido. Sugere a realização de uma audiência com o prefeito com o objetivo de discutir a questão do moto-táxi, de maneira a que um projeto seja encaminhado para análise da Câmara. / **Paulo Vitor Freitas:** — Diz que gostaria de saber por que os carros podem parar em frente ao Banco do Brasil e as motos não. / **Fabrizio Ferreira Soares:** — Esclarece que aquele local é para estacionamento de carros, e não de motos. Frisa que, se os motoboys acham que seria interessante um estacionamento de motos lá, devem solicitar ao prefeito o envio de projeto nesse sentido para aprovação da Câmara. Afirma que o problema de estacionamento para as motos é fácil de resolver, pois podem ser criadas duas vagas aqui e ali, que não vão atrapalhar a cidade. Acrescenta que os motoboys também devem ajudar a fiscalizar e respeitar isso. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Sugere que seja feito um abaixo-

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

assinado, solicitando a implementação de um estacionamento de parada rápida, já que a categoria não tem uma associação ou sindicato. Lembra que já houve uma discussão na Câmara sobre moto-táxi, inclusive sendo feito um projeto nesse sentido. Destaca a importância de se fazer um estudo para adequar o serviço de moto-taxi, competência essa do setor de Desenvolvimento Urbano, enquanto aos vereadores cabe representar o povo e lutar pela categoria. / **José Carlos Amaral:** — Convida seus pares para fazer um projeto de lei, criando área de carga e descarga para os motoboys e dar atribuição à prefeitura para regulamentar os locais para esse fim, com a contribuição dos profissionais e da Guarda Municipal. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Lembra que, durante boa parte de sua vida, teve o prazer de ser motoboy e, fazendo coro com os Vereadores Wilson e Fabrício, lamenta o fato de grande parte da população não saber que a Câmara discute temas ligados ao cotidiano da cidade. Cita que, na legislatura passada, o Vereador Luisinho teve o cuidado de trazer à Câmara um membro do sindicato dessa categoria no Estado e acrescenta que o caminho para os motoboys de Cachoeiro é filiar-se a essa entidade ou, então, montar uma associação, como a de músicos que a Casa ajudou a formar. Frisa que também é preciso pedir que a Agersa faça um estudo para considerar essa possibilidade dentro da lei, estabelecendo como será a criação do serviço de moto-taxis no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Salienta que a Agersa teve a sua estrutura aprovada na Câmara, assim como o concurso, e possui técnicos capacitados para auxiliar essa categoria e também resolver problemas ligados aos taxistas. Ressalta que não se pode mais permitir que as coisas sejam feitas de qualquer forma, e sim de maneira a garantir o direito de todos. Enfatiza que em qualquer problema a culpa é sempre dos moto-taxis e que, quando foi motoboy, se Vitória atrasava a entrega de jornais, era ele quem respondia por esse atraso. / **David Alberto Lóss:** — Diz que a primeira coisa é separar quem é motociclista de motoboy, através de uma caracterização com placa ou cor de veículo unificado. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Registra que, quando se quer fazer a coisa direito, nada é fácil, mas que a situação do motoboy é menos complicada do que a do moto-taxis, pois esta será uma concessão pública nos moldes das Viações Flecha Branca, Real, Santa Luzia e dos taxistas. Comenta que não é novidade para ninguém que a Câmara sempre esteve ao lado de quem precisou e que a maioria absoluta dos vereadores estará à disposição para resolver as coisas da melhor maneira possível, sem deixar a organização de lado. Finaliza colocando-se à disposição na medida do que for possível. / **Lucas Moulais:** — Informa que hoje esteve com um motoboy do Restaurante e Pizzaria Kikos que lhe pediu apoio. Diz que a sua resposta foi que o seu gabinete está à disposição, sendo que comunga com as palavras do Vereador Amaral, que foram as mesmas respondidas por ele ao motoboy. Frisa que é muito importante que a categoria monte uma associação e que está à disposição dos motoboys e dos moto-taxis, dentro das medidas cabíveis e legais. / **José Carlos Amaral:** — Afirma que o lobby das empresas do transporte coletivo não vai permitir que haja moto-taxis em Cachoeiro. Indaga quantos motoboys há mais ou menos em Cachoeiro hoje. / **Paulo Vitor Freitas:** — Diz acreditar que não chegue à casa dos mil, mas que são muitos, basta ver que só na Casa da Pizza são onze. / **José Carlos Amaral:** — Compromete-se a fazer o projeto, criando vagas de estacionamento para a categoria, mas indaga se eles têm condições de conseguir a placa da moto, uma camisa ou colete, de maneira a garantir os dez minutos da entrega. Questiona se há

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

condições de unificar a caracterização dos baús. / **Paulo Vitor Freitas:** — Responde que já existe a lei de mudança da placa e a instituição do curso de motoboy, inclusive destaca que foi um dos primeiros a cursá-lo, tendo ficado muito chateado quando, uma semana depois, o jornal divulgou que isso não valeria nada por conta de uma brecha nessa lei. Frisa que sempre disse aos amigos que é seu desejo ver em prática a mudança de placa, o colete e outras coisas para tirar um pouco da molecada da rua, aqueles que compram a moto em um dia e, no outro, já dizem que são motoboys. Ressalta que a categoria tem profissionais, embora também haja nela aqueles que façam coisas erradas. / **José Carlos Amaral:** — Indaga se será do agrado dos motoboys caso coloque na lei um artigo, estabelecendo que a categoria deve cadastrar a placa da moto na prefeitura ou no órgão de trânsito, exigindo a caracterização. / **Paulo Vitor Freitas:** — Declara que essa é uma decisão que não pode tomar sozinho. / **José Carlos Amaral:** — Sugere que seja marcada uma reunião com a categoria. / **Paulo Vitor Freitas:** — Concorde, destacando que antes precisa conversar com amigos para poder se posicionar. / **Osmar da Silva:** — Registra que muitos dos que recebem uma pizza quentinha em casa não têm conhecimento dos problemas enfrentados pelos motoboys, pelas mãos dos quais passam 80% de tudo o que é entregue pelos setores. / **Paulo Vitor Freitas:** — Diz que Cachoeiro gira em cima de uma moto. / **Osmar da Silva:** — Comenta que os motoboys não recebem o que seria legal. / **Paulo Vitor Freitas:** — Confirma tais palavras. / **Osmar da Silva:** — Salienta que, como no caso do Paulo Vitor, que tem vinte anos de profissão, se não pagar por fora, não terá direito algum. Acentua que não adianta dizer que está com a categoria, e sim vestir a camisa dela de fato, razão pela qual coloca o seu gabinete à disposição dos motoboys, comprometendo-se a ajudá-los a montar a associação. Lembra que montou uma associação referente a um trabalho que realiza e, portanto, sabe o quanto é importante se organizar. Coloca-se à disposição no que depender dele para contribuir com os motoboys. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Parabeniza o movimento da categoria. Fala da experiência de um amigo seu que gosta da atividade de motoboy e, por isso, trabalha nela dia e noite com seriedade, representando bem a categoria. Classifica o movimento como louvável e adianta que o mesmo alcançará resultados. Cita que aconselhou o pessoal dos taxis a se organizar para conseguir tudo o que quisesse. Frisa que para isso o movimento precisa ser disciplinado e ético. Parabeniza também o Vereador Luisinho por ter aberto o espaço da tribuna para os motoboys tratarem desse assunto importante, o que futuramente possibilitará que esses trabalhadores desempenhem sua função com mais tranquilidade, com a garantia do sustento de suas famílias. Segue colocando a Câmara e o seu gabinete à disposição dos motoboys para o que for possível fazer diante da lei. Repete o que foi dito pelo Vereador Amaral quanto à lei do estacionamento representar um ganho enorme para os motoboys. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Parabeniza a categoria, destacando que de cara eles já acertaram ao se dirigirem à Câmara Municipal, onde encontraram os verdadeiros parceiros. Manifesta o seu reconhecimento e o seu apoio à categoria diante do valor que ela tem perante a sociedade, tratando-se de uma profissão arriscada, perigosa e até desrespeitada. Sugere que a categoria prepare uma minuta do projeto, discutindo com a secretaria competente, marque audiência com o prefeito e também com os secretários e até mesmo componham uma comissão com essa finalidade para que a proposta chegue redondinha à Câmara Municipal. Afirma que a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

Câmara não se furta em defender os interesses da categoria, que é também os da sociedade. Finaliza desejando sucesso aos motoboys nessa profissão já regulamentada. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Agradece a atenção dos vereadores para com a categoria de moto-frete que é o nome já definido no projeto. Diz que o Paulo Vitor tinha antecipado que nunca havia usado a tribuna, mas que o fez com tranquilidade, porque a comunicação está no sangue da família. Acrescenta que o jovem se saiu muito bem, porque acredita no que faz. Lembra que protocolou na Câmara uma lei referente ao moto-frete e ao moto-taxis, sendo que o Gildo Abreu, que era suplente de vereador do PT e do lado do prefeito, apresentou proposta semelhante, e ele, Luisinho, decidiu retirar a sua para facilitar a aprovação e a sanção por parte do Executivo. Ressalta que, salvo engano, já é lei em Cachoeiro essa questão do moto-frete ou motoboys, faltando o prefeito colocar isso na rua, inclusive salienta que há a caracterização e a matrícula a serem feitas na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito e os equipamentos obrigatórios, ou seja, o capacete e o colete, com a referida numeração, tudo estabelecido. Recorda da proposta feita pelo Vereador Brás quanto aos motociclistas e elogia a postura do colega ao retirar o projeto, assim como a do jovem Paulo Vitor, que ligou pedindo desculpas, afirmando que não foram até a casa do autor da matéria para agredi-lo, e sim para pedir que a lei não fosse colocada em prática. Frisa que já havia antecipado para o Vereador Brás que o seu voto seria contrário ao projeto por não ver nele lógica quanto à situação dos motoqueiros que viessem de outros Municípios, apesar de entender que a intenção do colega era dar segurança. Cita que também errou em um projeto referente ao funcionamento das farmácias, onde colocaram 18 em vez de 22 horas, e quase apanhou dos proprietários por conta de um equívoco na digitação. Segue discorrendo sobre os chamados pontos de apoio, onde as motos param quando as outras saem para não haver tumulto, sendo que a sua assessoria está fazendo uma pesquisa para ver como isso funciona em outras cidades, assim como fez o gabinete do Vereador Amaral, com sua assessoria jurídica oferecendo-se para montar a associação e organizá-la para que os motoboys tenham força. Lamenta que, quanto ao moto-taxis, não haverá outra saída, a não ser que apareça um milionário que se faça dono de todas as motos, o que requereria uma lei a ser passada pela Câmara, que não ficará distante do interesse da categoria. Informa que a questão de parada de dez minutos em frente à farmácia consta da lei do rotativo e, apesar de dizerem que se fizer hoje não será legal, a legislação existe e é antiga. Diz que fez questão que o Luciano, que é da capital, viesse a Cachoeiro exatamente para ensinar como isso ocorre em Colatina, Linhares e Vitória. Esclarece que havia o interesse do Luciano de que os motoboys fossem filiados ao sindicato e que acredita que a associação com certeza não ficará de fora. Acentua que ele, Luisinho, não é chegado a sindicato, optando sempre por uma associação para lidar com as pessoas onde o interesse é mútuo. Discorre sobre a lei do moto-frete, destacando que ela fala da questão da experiência, da placa vermelha e da caracterização do veículo, que é a numeração existente no tanque da motocicleta e no capacete para diferenciar o profissional legalizado, já que não se pode permitir que alguns sem lutar fiquem na rebarba, comendo pelas beiradas. Frisa que a Câmara está sempre de portas abertas e que ele fez a sua parte, independente de voto, já que todos são livres para votar em quem quiserem, até porque o processo eleitoral é secreto. / **Lucas Moulais:** — Diz que não sabe se o Vereador Osmar foi

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

infeliz pecando por força de expressão ou por maldade, pois quando ele, Lucas, disse que o seu gabinete estava aberto para o que der e vier, foi por estar armado, como todos os vereadores estão, já que possui uma assessora e um assessor que são advogados. Esclarece que foi isso o que quis dizer ao usar a expressão “dentro das medidas cabíveis e legais”, respeitando a ideologia de todos os vereadores e querendo que a sua também seja respeitada. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Diz que não prestou muito atenção na fala citada, mas que, pelo que viu, a intenção do Vereador Osmar não foi ofendê-lo, e sim ajudar, já que o colega não se mostra uma pessoa agressiva nem rancorosa. / **Lucas Moulais:** — Deixa claro que entendeu dessa forma, mas que fez o registro porque outras pessoas interpretaram mal, inclusive não citará o nome delas. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Comenta que a Câmara é boa de se trabalhar e que, apesar disso, há uma parte do bem e outra do mal, composta por alguns assessores que ficam colocando coisas na cabeça dos outros, os quais classifica de capetas, que deveriam se preocupar em orientar o vereador para trabalhar melhor. Frisa que os seus assessores só lhe chamam a atenção quando acham que está falando demais e que, nesse caso, logo para, sabendo que está dizendo bobagens. Informa que já foi assessor, mas que nunca colocou o deputado que assessorava no fogo, preferindo até assumir certas culpas. Ressalta que está na hora de a Casa se unir, já que os vereadores estão sofrendo lá fora por coisas que nem fazem, sendo que o Presidente Júlio sabe que, quando ele, Luisinho, quer atentar, joga álcool e põe fogo; contudo, considera que o momento é de apoio à classe, sendo bonita a atitude dos colegas dando a mão à categoria. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Registra que a Câmara Municipal, em todo movimento popular, mantém as suas portas abertas para tentar fazer o melhor possível pela população. Frisa que está se pronunciando para reforçar a união que há entre todos os vereadores, que se preocupam com o manifesto popular, visto que na Casa impera a democracia. Diz que a categoria pode contar com a Câmara e seus membros, pois eles estão dispostos a conversar com o prefeito para ajudá-la. / Prossegue o Grande Expediente. / **David Alberto Lóss:** — Inicia saudando o médico e escritor Sérgio Damião, agradecendo-lhe pela cópia recebida de sua mais recente obra intitulada “Luar de Cachoeiro”, com lançamento previsto para 02/10. Segue discorrendo sobre a homenagem prestada aos atletas de judô, frisando que recebeu também o convite para a formatura do jovem Fabiano Nogueira Cordeiro, que é negro, um cachoeirense humilde, o qual concluiu o curso de engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina sem cota nem nada. Destaca que o pai do jovem trouxe uma caderneta para lembrá-lo do acolhimento que foi dado ao mesmo, em 2003, pela Escola Guimarães Rosa. Ressalta que o referido jovem se formou em uma turma com três negros e vinte e três brancos e que está tocando nesse assunto para que a lembrança fique registrada em ata, mostrando que é através do esforço pessoal que se vence. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Parabeniza o Sr. José Cordeiro, destacando que sabe da luta dele pelos filhos, razão pela qual esse convite de formatura foi motivo de alegria. Classifica como uma grande vitória a formatura desse jovem negro, enfatizando a alegria que se nota no rosto desse pai por poder formar um filho em meio a tantas dificuldades. / **David Alberto Lóss:** — Agradece a atenção de todos. / **José Carlos Amaral:** — Alerta para que não brinquem com a verdade, porque ela é uma coisa muito séria, e adianta que o prefeito passou a maior vergonha no fórum por conta do episódio onde quis

10

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

negar a uma internauta o direito de se expressar. Cita que, no passado, o PT só faltava pegar a metralhadora, lembrando do episódio do cara da CUT, que declarou ser preciso se armar para defender o governo. Diz que, enquanto isso, a garota fez uma postagem, e o prefeito a processou, mas teve que enfrentar o povo que foi defendê-la. Adianta que o prefeito deve esperar uma passeata por parte da juventude, que precisa ser reforçada, ajudada, e não aniquilada. Recorda que está na Câmara há muito tempo e presenciou o José Genuíno, o Palocci, o Luis Paulo, o José Paulo e outros membros do PT esticarem o pescoço, ameaçando quebrar Fernando Henrique por ter criado a CPMF e, agora, é esse partido quem quer retornar com tal imposto, enfiando-o goela abaixo do povo brasileiro, como se não bastassem os aumentos nos supermercados e os investimentos retirados do Programa Minha Casa Minha Vida e das obras do PAC prometidas em campanha política. Conclui que cuspiram para cima e caiu na cara. Segue registrando ter em sua casa um excelente arquivo político, inclusive da situação da Câmara e do Senado, ocasião em que repete ter visto José Genuíno quase quebrando o pescoço para protestar contra o imposto do cheque, o mesmo que agora retornará para fazer a desgraça do povo brasileiro. Continua o seu discurso, falando sobre a Feira da Bondade deste ano, classificando-a como uma maravilha, enquanto que a exposição agropecuária foi um desastre, com um número reduzido de animais e a proibição para que pessoas do Clube do Cavalo utilizassem o picadeiro. Diz que era só ter mandado fazer os exames nos animais que, dessa forma, estariam aptos a entrarem no picadeiro e carregar as crianças. Lembra que, enquanto Itapemirim deu 30 mil, 40 mil reais de prêmios no torneio leiteiro, aqui foi uma moto. Registra que a crítica do passado está caindo nas costas do presente, pois, com a última chuva, confirmou-se o seu alerta referente àquele manilhamento feito perto do Restaurante Aloísios, local onde cruzaram uma cabrita com um elefante, já sendo visto o alagamento perto da entrada da Secretaria de Interior. Frisa que ficou uma buraqueira enorme no local onde carros quebram a toda hora, sendo que os caras de pau e incompetentes da Secretaria de Obras colocaram a culpa na chuva. Recorda que havia avisado da tribuna que eles tentariam colocar a culpa por essas mazelas na chuva, que levou muito tempo para cair, tanto é que os produtores rurais precisavam que fosse levada água para seus animais. Acentua que a culpa tem que ser lançada sobre certos secretários que estão traindo o prefeito, fazendo o que bem entendem. Diz que há buracos que já foram tapados nesta administração umas cem vezes, a exemplo do que se vê na Rua Fioravante Cipriano, e que isso se dá porque jogam piche, asfalto e não passam a enxada para retirar o barro que fica por dentro. Explica que isso acontece, porque o secretário não sabe o que é obra nem o que é planilha, está na prefeitura aprendendo e ainda manda mentirosos enrolar, prometendo fazer o serviço depois da chuva. Ressalta que na Linha Vermelha, na curva do Bairro Zumbi, há um buraco há anos, que precisa ser limpado, colocando solo brita ou brita embaixo para dar firmeza, Alerta que, sem esses procedimentos, ou seja, colocando apenas piche, com o primeiro carro que trafega o trabalho já se perde, mesmo que passem o rolo para compactar, já que o que fica embaixo está fofo. Os moradores da Rua Ubaldo, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, estão pedindo socorro, assim como os da Garibaldi e de outras mais. Segue reclamando também da situação dos pontos de ônibus, dos tapumes de obras e da sujeira ocasionada pelos cartazes de shows e eventos, destacando que nesses casos é fácil multar o

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

autor. Enfatiza que, como não fazem isso, Cachoeiro está uma cidade muito suja, inclusive aqui próximo à Câmara. Salienta que, enquanto isso, quando um pipoqueiro está trabalhando na rua ou um vendedor de fruta, vem o capeta de olho torto que trabalha na fiscalização perturbar os pobres e os pequenos. Frisa que esse fiscal já deveria estar aposentado há muito tempo, mas fica por aí atanzando as pessoas que estão com a cestinha de laranja, parecendo querer que o sujeito vá roubar. Continua o seu pronunciamento, informando que encaminhou para as Polícias Militar e Civil um e-mail, assim como um ofício assinado por ele, citando o endereço, o CPF e o telefone dos ladrões que estão arrombando as casas no Bairro Aeroporto e quer ver se não tomarão providências. Afirma que quem roubou o Supermercado Guanabara foi o Vadinho, que mora ao lado do Gaúcho, da ração, e assim foi com outros que encaminhou os nomes na lista. Questiona como pode o vereador encaminhar o endereço, o CPF e o telefone dos ladrões e a polícia não os prender. Cita que ainda querem dizer que ele, Amaral, é atrevido, mas que, se for para morrer por conta disso, morrerá alegre. Lembra que até hoje não morreu, mesmo tendo amarrado traficante em poste, mas, se morrer, vai lá para cima tumultuar com São Pedro ou com os capetas, satisfeito por saber que fez a sua parte como vereador na Câmara. Deixa claro que não é variador, e sim vereador, e o único medo que tem é de falar e não provar, pois provou tudo o que denunciou até hoje. Denuncia que estão tomando celular das mãos de idosos na sua região. Salienta que, se passar o cerol em alguns desses bandidos, estará tranquilo, sabendo que alertou e as providências não foram tomadas, restando-lhe se defender. Segue discorrendo sobre a situação das estradas do Itabira, do Loteamento Pôr do Sol, da Rua Ana Amaral e dos Bairros Nossa Senhora da Penha, Santa Cecília e Santa Helena, que precisam de atendimento. Analisa que o prefeito não pode aceitar o discurso de que primeiro vão tapar os buracos do centro da cidade, das ruas onde passam os ônibus para, depois, cuidarem dos bairros e dos distritos. Indaga que diferença há entre os moradores do centro da cidade e dos bairros, já que todos pagam impostos. Comenta que não se pode falar uma besteira dessas na televisão, pois é discriminação, querendo atapetar onde passam os ricos e deixar os pobres andando nos buracos. Salienta que o Bairro BNH precisa ser olhado, porque está sujo e cheio de buracos, e que também lhe pediram providências quanto à estrada do Valão, da Ilha dos Meireles ao Pau Brasil, saindo na fábrica de cimento. Diz que, quanto à estrada perto do Josélio, recebeu reclamações novamente. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Informa que passaram a máquina lá. / **José Carlos Amaral:** — Responde que a situação até piorou. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Frisa que é preciso fazer um elogio ao Secretário Neném, porque ele, Lucas, passou por lá e, mesmo com chuva, viu que a estrada estava boa. / **José Carlos Amaral:** — Encerra citando que acabou de receber uma ligação de alguém reclamando que há uma lagoa perto do Josélio e que fará uma visita ao Neném para cobrar providências dele. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Inicia registrando um pedido à Mesa Diretora, especialmente ao presidente da Casa, para que providencie um esclarecimento voltado aos vereadores, aos pré-candidatos e presidentes de partido quanto às mudanças que passarão a vigorar na lei eleitoral. Frisa que leu a legislação e a entendeu, mas que há dois ou três pontos sobre os quais pairam dúvidas, cujos esclarecimentos serão bem-vindos para os que pretendem concorrer às próximas eleições. Segundo ele, tais esclarecimentos deveriam ser em cima dos prazos, mudanças, filiações, vagas para mulheres,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

percentuais e a questão dos 10% do coeficiente eleitoral em cima da legenda. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o PP, Partido Progressista, pois esteve em Cachoeiro o Deputado Marcos Vicente explicando sobre essa situação, deixando claro que esse ponto da proporcionalidade de vagas para mulheres não passou no Congresso. Diz que também foi informado de que tudo o que o Congresso aprovou e enviou à Presidente Dilma tem um prazo para ser sancionado, estando aquela Casa preparada para derrubar o veto seja ao que for. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Acentua que essas coisas precisam vir a público de forma clara, especialmente nessas convenções que estão sendo realizadas, dando-se aos representantes do povo pleno conhecimento dessa legislação, visto que podem ser arguidos quanto a essas questões. Salaria que é seu desejo entender e passar para frente esse conhecimento dentro do que será sancionado ou não. Comenta que providenciar esses esclarecimentos seria como um carinho da parte do presidente não só com os vereadores, mas também com a sociedade, e sugere que isso seja feito até mesmo através de uma audiência, com a presença de membros de partidos, o que seria um marco da atual administração do Legislativo, evitando que os vereadores deixem a desejar diante das possíveis arguições que lhes serão dirigidas quanto a essa nova lei. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Concorda que realmente a Câmara precisa dar uma resposta e adianta que acionará o procurador, o Dr. Gustavo, para que prepare o estudo e, posteriormente, será feito o convite à população, aos presidentes de partidos e aos vereadores para expor a mesma linguagem e dar conhecimento dessa nova legislação que está para ser sancionada pela presidente. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Sugere que poderia até ser feita uma cartilha simplificada, na própria Casa, quanto aos pontos mais polêmicos. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Discorre sobre as coligações, ressaltando que, ao que parece, um partido pode coligar, mas o voto dele não servirá para o outro. Exemplifica dizendo que, se caso o PRB e o Solidariedade se coligassem, na contagem final, os votos do Vereador Wilson não serviriam para o Brás. Pergunta se os colegas sabem se isso foi realmente aprovado. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Responde que não foi aprovado, ou seja, ficou como estava. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Conclui que, se for assim, o Vereador Brás tem muita chance de se reeleger. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Destaca que o Solidariedade pode se coligar com o PSC sem nenhum problema. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Pontua que, nesse aspecto, foi trazida mais tranquilidade para os vereadores da Câmara Municipal. Segue parabenizando a primeira-dama do Município e o Prefeito Carlos Casteglione pela realização da Feira da Bondade, a qual considerou brilhante por, mesmo com uma tarde de domingo chuvosa, ter alcançado uma abrangência muito grande na sociedade. Frisa que se tratou de uma belíssima festa e de um novo marco nessa que já é uma tradição no Município de Cachoeiro. Registra que esteve no CRAS do Bairro Jardim Itapemirim, onde ocorreu mais uma vez um evento daquele proposto pelo Vereador Maitan voltado ao combate da violência doméstica, contando com a presença da Dra. Hermínia, juíza que abraçou essa causa, fazendo com que o Espírito Santo saísse na frente na implantação do botão do pânico. Ressalta que, com muita clareza, a citada juíza elucidou várias dúvidas daquele público, 90% composto por mulheres. Aponta que, pelo olhar de várias mulheres lá presentes, pôde perceber que já haviam passado por esse tipo de situação, sendo muito boa a palestra proferida pela juíza, que

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

lhe fez sair gratificado daquele encontro. Segue agradecendo publicamente à administração por ter realizado aquele evento, lembrando que ele, Wilson, deu o pontapé inicial, em 2013, e que o Vereador Maitan, com muita sabedoria e propriedade, teve a iniciativa de levar aos alunos da São Camilo essa discussão para que ela se propague pela sociedade, através de formadores de opinião, os acadêmicos de direito. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Diz que quem merece o respeito e a consideração é o Vereador Wilson, primeiramente por ter levantado o assunto em 2013 e, segundo, por ter acompanhado, tanto na São Camilo quanto no CRAS do Bairro Jardim Itapemirim, essa discussão, o que demonstra o seu comprometimento com a causa. Enaltece o empenho do Vereador Wilson, destacando que ele representou muito bem a Câmara nesses eventos, honrando seus colegas de Legislativo. / **Wilson Dille dos Santos:** — Finaliza manifestando o seu desejo de dividir essa honra com todos os vereadores. / **Fabício Ferreira Soares:** — Lembra que hoje será apreciada a redução do número de vereadores e adianta que a sua defesa é para a proposta de 15 vagas. Justifica sua opção, discorrendo sobre uma linha matemática baseada no fato de, na eleição de 2004, terem sido 189 candidatos para 12 vagas, com cada vereador eleito representando 9.522 eleitores num universo de 114 mil. Acrescenta que foram eleitos 33% de vereadores do interior entre os 12, sem contar que 2 vagas foram ocupadas por candidatos que receberam menos de 1 mil votos, e que só o PCO não elegeu ninguém por não ter se organizado. Diz que, dentro dessa linha, na eleição de 2008, mesmo com aquela redução proposta pela lei federal de 2004 em todas as Câmaras do Brasil, como o eleitorado subiu em 7%, foi criada mais uma cadeira. Lembra que, na eleição de 2012, foi derrubada a citada lei federal, e as Câmaras voltaram com a antiga composição, podendo subir até para 21 vagas, quando o eleitorado só cresceu 7,5%. Conclui que, em cima dessa tese, Cachoeiro deveria ter 14 vereadores e que, para não ser um número par, a sua defesa é no 15. Esclarece que o seu posicionamento não é por conta de sobra de recursos dentro da Casa, porque eles não sobram e sempre foram investidos. Alerta que há um movimento popular querendo reduzir o salário do vereador para 2 mil e 500 reais, de maneira a sobrar recursos que possibilitem a reforma da Casa. Acentua que a Câmara tem um limite prudencial de 70% para gastar com a folha e 30% para investimentos e outros fins e que a redução do salário de um parlamentar não melhorará essa situação, até mesmo porque a Casa acabou de dar um reajuste de 6,5%. Classifica como imprudente fazer a redução das vagas para viabilizar a diminuição de custos, pois, nesse caso, não se teria reajustado os vencimentos nos já citados 6,5%. Comunica que recebeu um e-mail da Maçonaria, endereçado por Edmar Augusto Rabelo, que bate exatamente naquilo que ele, Fabício, entende como justo, lembrando que a Emenda Constitucional N° 58/2009 alterou o inciso IV do caput do artigo 29 da Constituição Federal, quando o número máximo de vereador poderia ser 21. Frisa que eles fizeram uma simples regra de 3 e que a discussão tem que ser prática e lógica, ou seja, aquele que fundamentar a sua defesa em cima de 13, 15, 17 ou 19 vagas deve fazê-lo com prudência, considerando que se trata de representatividade. Esclarece que, dentro dessa regra de 3, já que cidades de 160 mil a 300 mil habitantes poderiam ter até 21 vereadores, matematicamente, chegou-se ao número de 14,7 vereadores para Cachoeiro, que, arredondando, iria para 15. Segue parabenizando esse grupo da Maçonaria, porque considera muito melhor quando vem uma proposta da sociedade para ser

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

discutida do que ficar no achismo, como está sendo visto na rua, com pessoas querendo vincular o salário de vereador ao de professor ou ao salário mínimo. Declara que, por conta desse achismo, está protocolando um projeto na Câmara, obrigando o Poder Legislativo a, antes da votação do subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários e dos vereadores, promover uma audiência pública para ouvir o povo, porque estão comparando a atividade do parlamentar com a do servidor público. Indaga por que não os comparam aos membros do Poder Judiciário, já que os vereadores fazem leis, incorrem em improbidade administrativa, em caso de erro, respondem processo, caso o assessor falte ao serviço e seja assinada a sua frequência, votam e fiscalizam o orçamento de 360 milhões de reais, têm um orçamento interno de mais de 12 milhões de reais e, portanto, não ganham em cima de carga horária, e sim por conta da responsabilidade do cargo. Salienta que, pretendendo-se reduzir o salário de vereador à moda vão se embora, não estão considerando que hoje é 25% do vencimento de um deputado estadual e que poderia ser 50%, passando-se de 7 mil reais para 14 mil reais, dentro da lei. Aponta que seguirá a regra de 3 na hora de votar o subsídio, tendo como parâmetro uma cidade de 200 mil habitantes, pois duvida que em outros Municípios haja vereador ganhando apenas 25% do salário de um deputado estadual, visto que, onde sobra dinheiro por conta do petróleo, os parlamentares fazem o vencimento da forma que querem, representando muito menos eleitores do que os de Cachoeiro. Ressalta que, se a função do vereador não for respeitada e bem entendida, para cá virão só aproveitadores como era há muito tempo. Destaca que algumas pessoas dizem que vereador não ganhava salário e questiona quem então ocuparia esse cargo. Responde que eram pessoas que tinham terras, propriedades e interesses em outras coisas. Cita que ele, que mora no Bairro Zumbi e só vive disso, hoje pode estar na Câmara, mas, com um salário de 2 mil e 500 reais, infelizmente, não poderá, visto que precisará trabalhar também em outro emprego. Enfatiza que, dessa fora, a representatividade do pobre de sua região, onde as demandas são diferentes de outras, ficará prejudicada. Lembra que, em caso de falecimento na família, aqueles que ele representa batem à sua porta, porque não conhecem seus direitos e têm que perguntar ao vereador como conseguir um caixão; assim, é ele quem acaba mostrando a essas pessoas como chegar até a assistência social e ver o que pode ser feito. Deixa claro que não se trata de troca de favores, já que não dá nada para ninguém, e sim faz com que o serviço público chegue até quem necessita dele, algo que é difícil de ser acessado. Repete que vai defender as 15 vagas com base nessa regra de 3 apresentada pela Maçonaria e tudo mais que for importante para os vereadores, até porque é mais fácil nas coligações, embora muitos achem que seja complicado ganhar uma eleição com menos vagas. Justifica a sua colocação, dizendo que, em 2004, foram 189 candidatos para 12 vagas, uma média de 15,77 concorrentes por vaga; em 2008, 12,30 e, na última eleição, 16,4. Salienta que aqueles que conseguiram se eleger ainda são achincalhados nas comunidades, acusados de ladrões, isso porque partidos colocam pessoas para arrancar votos, gente que nunca trabalhou para ninguém. Acentua que essas pessoas conseguem 10 votos e ficam nas comunidades falando mal de vereadores, jogando seus nomes às traças e aos vermes. Diz que as pessoas acham que vereador não representa nada, porque 213 candidatos, entre os 312 que disputaram as eleições, representam que 68% dos que concorreram à eleição obtiveram menos de 300 votos, e 129 menos de 100 votos,

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16

chegando à representatividade de 41%. Conclui, portanto, que 41% dos candidatos tiveram menos de 100 votos e que, assim, fica claro que é preciso diminuir o número de vagas para que os partidos também filtrem melhor e parem de ficar pegando qualquer um para ser candidato, colocando na comunidade pessoas sem preparo, aquelas mesmas que saem prometendo tudo ao povo, até terreno no céu. Denuncia que os grandes culpados dessa situação são os partidos políticos e que a regra da legenda é que atrapalha os vereadores, pois não é o povo que os escolhe. Salaria que pior do que o povo não escolher é a forma como a legenda é feita, pegando candidatos de 0 a 60 votos, 41% de pessoas despreparadíssimas, pois, em seu entendimento, aquele que recebe menos de 100 votos nem era para ter participado da eleição, até porque Cachoeiro é a 5ª maior cidade do Espírito Santo. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Diz entender o posicionamento de todos e lembra que, na legislatura de 2005 a 2008, apenas 2 distritos tiveram representatividade na Câmara, que foram Burarama e Conduru, sendo eleitos o Marcos Coelho e o Alex Zucolotto. / **Fabício Ferreira Soares:** — Discorda dizendo que foram eleitos 4 vereadores do interior, ou seja, 33%. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Indaga quais são os outros 2. / **Fabício Ferreira Soares:** — Responde que foram a Cláudia Lemos e o Maitan, sendo 4 vereadores do interior entre os 12 eleitos, alcançando mais representatividade do que hoje, quando a Câmara tem 19 vagas. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Confessa sentir-se chateado ao ver que tudo cai em cima do vereador, já que nenhuma conta é feita em cima dos deputados, levantando-se o que eles ganham, o que têm e o que fazem. Segue discorrendo sobre as dificuldades enfrentadas pelos vereadores do interior, como é o caso dele, pois, enquanto eles estão no dia a dia do povo, o deputado só aparece de 4 em 4 anos, na época de eleição. Lamenta que os benefícios venham de cima para baixo; os malefícios, de baixo para cima. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Aponta que a culpa pelo cabide de empregos nos Municípios é daqueles candidatos que têm 100, 200 votos e que vão em cima dos presidentes dos partidos querendo essas vagas. Por sua experiência na Câmara, diz que os melhores períodos do Legislativo foi quando a Casa teve 12 e, depois, 13 vereadores, acabando com o empate. Relembra que, com 13 vagas, seus votos triplicaram, chegando à marca de mais de 2 mil por conta da saída de um monte de candidatos que, mesmo tendo 50, 100 votos, iam para a rua difamá-lo assim como a outros colegas. Avisa que, se a Casa não reduzir o número de vereadores, terá que diminuir os salários, já que o povo fará essa exigência. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que, nesta administração, foram feitas várias reuniões na sala do presidente por conta de problemas advindos de gestões anteriores e que, na melhor fase da Câmara, sumiram 4 milhões de reais, o que a atual direção da Casa está pagando. Indaga quantos vereadores havia na Câmara no citado período e em qual gestão se deu isso. Diz que, se sumiram 4 milhões de reais e aquela foi a melhor gestão, é brincadeira. Frisa que está cansado de ouvir o atual presidente reclamar que a Casa está pagando juros exatamente de coisas feitas naquela gestão, quando a Câmara tinha 12 vereadores. Ressalta que as coisas foram muito fáceis, hoje isso não existe mais e que se Itaoca tem um pronto-atendimento pediátrico é graças ao Hospital Infantil e a sua gestão enquanto vereador. Conclui que, no passado, as crianças daquele distrito tinham que vir para Cachoeiro em busca de atendimento. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Questiona se o Vereador Alexandre

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Andreza está querendo dizer que na época das 13 vagas os vereadores eram ladrões. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Esclarece que está se referindo à gestão da Casa, a qual o vereador disse que era boa demais. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Deixa claro que estava se referindo a projetos de lei. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Contesta dizendo que a discussão era sobre os custos da Casa. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Rebate destacando que não é membro de Ministério Público nem de Tribunal de Contas. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Repete que a sua fala é em cima de custos, pois é exatamente por isso que estão tentando reduzir o número de vereadores. / **Fabício Ferreira Soares:** — Protesta dizendo que esse não é o motivo que o leva a defender a redução do número de vereadores, pois até é seu desejo que sejam reforçados os gabinetes, já que o valor de 10 mil reais de verba, considerado muito dinheiro, não dá para pagar salário de um bom advogado, considerando que os vereadores não são obrigados a entender de leis. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Replica dizendo que tem uma boa advogada. / **Fabício Ferreira Soares:** — Indaga ao Vereador Alexandre Andreza se ele foi candidato em 2008. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Responde que não. / **Fabício Ferreira Soares:** — Conclui, então, que ele não poderia ser vereador, já que não se candidatou, mas que, matematicamente, o interior está sempre sendo representado, seja com 10, 12 ou 20 vagas, na mesma proporção. Repete que, em 2004, 33% das vagas da Câmara foram ocupadas por vereadores do interior, e agora, com 19 vagas, o interior elegeu 6 parlamentares. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Sugere que seja aberta uma cota de 4 vereadores para o interior. / **Fabício Ferreira Soares:** — Deixa claro que a discussão que está fazendo é em cima da eficiência e dentro da Constituição Federal. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que essa mesma Constituição Federal estabelece que Cachoeiro pode chegar ao limite de 21 vereadores. / **Fabício Ferreira Soares:** — Frisa que isso era admitido na emenda constitucional de 2009, entre cidades de 160 mil a 300 mil habitantes, e que a tese que seguirá é de uma regra de 3 em cima desse limite, sendo que os colegas não são obrigados a concordar com ele. Pontua que o problema ocorrido na Casa foi ocasionado por um servidor antigo, que gozava de grande confiança e era um gestor, que até então nunca havia levantado suspeita, tendo enganado o próprio banco. Assim, conclui que é complicado culpar a legislatura passada, os vereadores e os presidentes por causa do ato do servidor Hélio, que era uma pessoa acima de qualquer suspeita. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Diz que, na sua época de presidente, o Hélio não foi gestor. / **Fabício Ferreira Soares:** — Concorda, mas repete que ele não havia levantado nenhum tipo de suspeita, tanto é que a Caixa Econômica Federal, que terá que devolver o dinheiro da Câmara para a prefeitura, pagava os cheques. Esclarece que não foi fraude em licitação, e sim que o citado servidor pegava um cheque inteiro para pagar uma dívida de 100 mil reais e colocava atrás dele o nome e a quantia a ser depositada na conta de vários funcionários, chegando a desviar 1 milhão e 300 mil reais dessa forma. Indaga se é possível escrever o cheque inteiro e nas costas fracionar o valor. Destaca que era o que a Caixa fazia e que não havia como descobrir isso. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Indica a possibilidade de ter havido conivência de alguém da Caixa nesse ato. / **Fabício Ferreira Soares:** — Concorda. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Corrige,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dizendo que não foram 1 milhão de reais, e sim 4 milhões. / **Fabício Ferreira Soares:** — Deixa claro que não culpa gestão nenhuma por causa disso, pois não se tratou de erro administrativo, e sim de um ato de um funcionário de alto escalão, exercendo a função de contador da Câmara Municipal, o qual descontava os cheques da forma que queria. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Para esclarecer a questão da Caixa Econômica, diz que era emitido o cheque para pagar o INSS, o qual o contador rasurava, fazendo uma suposta folha de pagamento anexa, indicando nomes e os números de contas para os depósitos. / **Fabício Ferreira Soares:** — Afirma que ele também escrevia no verso do cheque o nome das pessoas. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Comenta que o que viu estava com um anexo, como se fosse uma folha complementar. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Diz que, desde 2007, a lei estabelecia que não podia haver folha complementar e que a Caixa sabia disso. Informa que a auditoria feita a partir de 2005 levantou que o contador fazia isso desde àquela data e que, quando a sua gestão, através de uma gerente da Caixa, percebeu a fraude, imediatamente, denunciou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Pontua que os cheques eram de pagamento de INSS, tendo no verso a assinatura dele, Júlio, e a do Fabício. Ressalta que o cidadão rasurava o cheque na frente e no verso e incluía uma folha de pagamento complementar, envolvendo um total de 100 pessoas. Cita que esse dinheiro ia para a conta de funcionários para comprar móveis, imóveis e bois. Afirma que, se fosse feita uma auditoria antes de 2005, teriam pego muito mais rombo. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Faz a ressalva que de 2009 a 2012 essa prática não ocorreu. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Declara que nesse período a fraude ocorreu sim, mas foi apenas nos meses de janeiro e fevereiro, totalizando 180 mil reais. / **Fabício Ferreira Soares:** — Agradece à Maçonaria por ter baseado a redução do número de vereadores num dado técnico, sendo que ele, Fabício, depois que se debruçou sobre a questão, optou por 15 vagas, entendendo que a Câmara seguirá uma lei muito benéfica para o Brasil, editada em 2004, e, lamentavelmente, revogada pelos deputados, que de novo lotearam as Câmaras. Diz que o número de vagas de vereadores não se discute em cima de subsídio, e sim de representatividade. Justifica tal entendimento, dizendo que não se pode ter 50 parlamentares na Casa apenas porque Cachoeiro precisa de 1 representante em cada bairro. Avalia que o vereador tem que ser comparado com o Judiciário, e não com servidor público, que é uma atividade fim, já que professor não incorre em risco de improbidade administrativa nem fiscaliza milhões de reais; portanto, aquele que quiser representar a sua classe que se candidate, como o Vereador Léo, e venha para a Câmara. Lembra que a questão remuneratória do vereador será outra discussão e que espera ver aprovada antes disso a obrigatoriedade de audiência pública para ouvir o povo, como deveria também ter ocorrido quanto à proposta de redução de vagas, e não decidir por pressão da imprensa. Frisa que não vai deixar de haver candidato porque o salário será pequeno, e sim sumirão os bons concorrentes. Alerta que é preciso entender que a missão de vereador requer salário compatível, pois estão sujeitos a responder processo, como é o caso dele. Cita que, no episódio do rombo da Câmara, quem roubou foi o Hélio, mas que os vereadores acabaram acusados de gastar o dinheiro. Salaria que há sempre gastos com advogados e que a Câmara não banca isso para o vereador, sendo que, no seu caso, está com uma dívida de 15 mil reais

18

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

porque precisou se defender, já que o partido o expulsou. Segue informando que apresentou na Casa um projeto para reduzir o número de homenagens, porque são muitas as comendas, chegando-se a um total de 1.300 homenageados anualmente. Alerta que, nesse ritmo, não haverá mais cachoeirense para ser homenageado na Câmara. Ressalta que a prefeitura concede, por ano, 3 Comendas Rubem Braga e essa homenagem acaba tendo um valor simbólico importante. Assim, sugere que seja feito um filtro quanto à concessão de comendas por parte do Legislativo para que haja essa valorização; dessa forma, em vez de cada vereador apresentar 1, a Casa apresente, por exemplo, 3 títulos de honraria, 3 títulos de cidadania, dando-se um valor diferenciado às comendas e medalhas. Avisa que, se não houver essa redução, ninguém mais vai querer receber essas homenagens, pois julgarão que os vereadores estão querendo fazer palanque. Encerra contabilizando que, com a redução, passarão a ser 260 homenageados/ano, podendo até voltar a entregar as molduras, já que, com o atual número, esse gasto fica inviável por se tratar de recursos públicos. / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — Lembra aos vereadores da audiência pública que acontecerá amanhã, às 18:30 horas, no plenário da Câmara, para discussão dos Projetos de Lei 132, 133 e 140/2015. Antecipa que, no dia 23/09, haverá uma nova audiência pública para a discussão de outros projetos a serem divulgados posteriormente. / **Elias de Souza:** — Pronuncia-se quanto à redução do número de vereadores para a próxima legislatura, lembrando que, de 2001 a 2004, a Casa possuía 19 vagas e que, quando assumiu o seu primeiro mandato, em 2005, esse número era de 12. Ressalta que todos os esforços que acontecem até em nível nacional para a redução do número de vereadores é salutar, mas entende que é preciso seguir uma legislação federal quanto à proporcionalidade, conforme prevê o artigo 29 da Constituição Federal. Assim, justifica que, por ter sido eleito vereador quando a Casa tinha 12 vagas, decidiu assinar a emenda apresentada pelo colega Amaral, que estabelece uma redução de 19 para 15; contudo, declara ser de seu entendimento que a Câmara não pode ser pautada por ninguém, já que quem colocou os vereadores aqui não foi o segmento A, B ou C, e sim o povo que lhes deu a representação para que pudessem tomar as decisões que julgassem corretas. Diz que, apesar de procurarem ser corretos, isso nem sempre acontece e que vale à pena salientar que não se viu nenhum movimento nacional para reduzir o número de deputados estaduais, federais nem de senadores e que isso só se vê na base, maltratando-se e destruindo-se a figura do vereador, que é extremamente importante para a sociedade. Lamenta o fato de parecer que, quando os vereadores chegam à Câmara, são um bando de ignorantes, quando não o são, já que disputaram a eleição com médicos, professores, empresários, advogados, ex-juizes, pessoas de bem, das mais simples, enfim, de todos os segmentos, e isso demanda respeito e reforça que não podem se pautar por decisão de A, B ou C. Lembra que, quando chega um projeto, seja de iniciativa da Casa ou do Poder Executivo, cabe aos vereadores emendá-lo, corrigi-lo e fazer o melhor para a sociedade, sendo isso o que ocorre na votação do orçamento ou, por exemplo, para aumentar ou diminuir IPTU. Conclui que o Poder Executivo em tudo depende da Câmara e não funciona sem ela; por isso, ela deve ser respeitada, o que nem sempre ocorre. Frisa que os vereadores não são um bando de ignorantes na Casa e não podem ser achincalhados como ocorre muitas vezes, inclusive cita que um jornal divulgou o seguinte a seu respeito: “O Vereador Elias quer o quinhão dele”. Esclarece que isso foi devido a uma

19

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

fala sincera que ele fez na Câmara, contestando os defensores de que vereador deve ganhar igual a professor, pois entende que deveria ser o contrário, ou seja, o professor ganhar igual ao vereador. Ressalta que a Câmara, como o Poder mais antigo, precisa ser respeitada e adianta que, registrando a sua indignação, a sua defesa será para a emenda aposta pelo Vereador Amaral. Diz que a Casa poderia desempenhar melhor a sua função de fiscalizar o Poder Executivo, pois legislar já é algo que ela faz, havendo aqui muitos projetos e debates extremamente interessantes que vários benefícios têm trazido à sociedade. Faz memória de seu primeiro mandato, citando que esteve na Casa ao lado dos Vereadores Alexandre Maitan e Amaral, ocasião em que foram instituídas 6 comissões especiais de investigação contra o ex-prefeito e que a Câmara trabalhou duro, fiscalizando e investigando como é sua função. Alerta que não se pode continuar aceitando que se diga pela rua que vereador não vale nada, é isso e aquilo, pois, no seu ponto de vista, a Câmara precisa ser muito mais respeitada. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Enfatiza que sempre defenderá o Legislativo por considerá-lo uma das grandes conquistas que o homem alcançou, já que, durante muitos anos, o poder era uno e centralizado. Lembra que, quando entrou na Câmara, em 2009, o subsídio era 13,5 salários mínimos, uma época boa, e que foi uma pena terem deixado de pagar a previdência. Registra que hoje se reduziu a 6,7 salários mínimos e que é preciso valorizar o Legislativo, pois ter um governo de elite requer uma Câmara também de elite. Destaca que, quando fala em reduzir, é porque já foi presidente e sabe o quanto esta Casa custa e que, diminuindo 2 vagas de vereador, será uma economia mensal de cerca de 30 mil reais. Pontua que o som da Casa não está bom, que os computadores estão ultrapassados e obsoletos, o elevador está quase sempre estragado e a parte exterior do prédio está horrorosa, necessitando de pintura, sem contar que até hoje não foi possível atender o anseio de mobilidade pelo qual o Ricardo Ferraz tanto lutou. Salaria que os recursos da Casa baixaram de 7% para 6% do orçamento municipal e, se é para reduzir custos, que fique só 1 vereador, desde que os números apresentados façam sentido. Ressalta que a redução para 15 vagas representará uma boa economia e que inclusive poderá ser devolvido dinheiro à prefeitura para, por exemplo, fazer uma escola, um asilo ou qualquer outra obra, como verba carimbada. Concorde com o Vereador Elias quando ele disse que a Câmara não pode ser pautada; do contrário, vão transformá-la num conselho, quando este é um Poder e não deve ser achincalhado. Conclui que, se os deputados e os vereadores não são bons, que o povo os troque, mas desvalorizar o Legislativo é retroceder. Relembra que o único general que Napoleão não conseguiu derrotar foi a imprensa e concorda que ela precisa ser livre mesmo. / **Elias de Souza:** — Diz que fica tranquilo por não ter medo da imprensa. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Volta a alertar que é perigoso começar discutir redução do número de vagas de vereador por causa de recursos para a Câmara e avisa que ou se usa uma regra de 3, com base em um horizonte, ou será proposta a diminuição do subsídio. Conclui que, com esse raciocínio, é como se assumissem que os vereadores estão custando caro, quando isso não é verdade; assim, repete que a sua defesa para a redução coincide com a da Maçonaria, que é a regra de 3 em cima da proporcionalidade da população, sendo que da mesma forma se posicionará para defender o subsídio. / **Elias de Souza:** — Frisa que há uma visão equivocada da sociedade, dando a impressão de que o vereador cumpre uma carga horária e só trabalha uma vez por semana.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

Alerta que é preciso desmistificar esse equívoco, porque os vereadores são parlamentares 24 horas por dia, como se fossem policiais. Enfatiza que não foi ele que educou a população assim nem incutiu essas ideias na mente dos eleitores. Lembra que na Câmara há vereadores que são empresários e que a impressão que se dá é que eles não trabalham. Segue citando os exemplos do professor David, que tem “n” atribuições, assim como o Léo, que dá aula em várias cadeiras e ainda são vereadores 24 horas por dia. Ressalta que essa situação é parecida com a da autoridade máxima do Município, que é o prefeito, o qual não deve ser achincalhado, tendo em vista a sua atuação 24 horas diárias, além de ter sido colocado lá pela população, num sistema democrático. Salienta que há deputados e senadores com vários anos de mandato sem terem apresentado sequer um projeto de lei em favor da sociedade, muito diferente da atividade de um prefeito, que administra uma cidade com um orçamento de 100 milhões de reais, dos quais 25% estão comprometidos com a educação, 50% com a folha de pagamento, 15% com a saúde, 6% com a Câmara Municipal, sobrando apenas 4%. Frisa que quem desconhece essa realidade achincalha o prefeito, acusando-o de não fazer nada, quando ele só pode realizar obras com verbas advindas de emendas parlamentares, ficando de pires nas mãos diante dos deputados e esperando um cheque de um convênio com o Governo do Estado, já que é assim que funciona o sistema municipalista no Brasil. Argumenta que, felizmente ou infelizmente, o seu governo está no poder e é essa situação que se vive no país, com os prefeitos sem nenhuma condição de investir, problema esse que também a Câmara enfrenta. Cita que a folha de pagamento da Prefeitura de Cachoeiro é vegetativa, assim como a da Câmara, e adianta que, daqui a pouco, nem se conseguirá pagá-la mais, o que indica a necessidade de colocar o pé no freio, repensar o modelo, pensar com responsabilidade em fazer cortes radicais referentes aos vereadores e aos assessores. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Parabeniza o vereador pelo discurso, lamentando que a sociedade cachoeirense não tenha ouvido nem tido acesso à perfeição do que foi colocado. Destaca que muitas vezes a população vê apenas que o vencimento do vereador é de 6 mil e 900 reais, esquecendo-se que sobre esse valor há o desconto de 27.5% de Imposto de Renda e o de INSS. / **Elias de Souza:** — Reportando-se à fala proferida pelo Vereador Rodrigo quanto ao hospital do Aquidaban, diz que essa discussão já se arrasta na Câmara há 15 anos, tendo o ex-prefeito Ferraço doado o prédio para o Estado, que o devolveu ao Município, foi novamente doado neste mandato ao Estado e devolvido mais uma vez ao Município. Registra que há no Brasil uma situação muito interessante, pois gasta-se fortunas do povo para fazer hospital público e, depois, estranhamente, a obra magnífica vai para as mãos da iniciativa privada, que a gerencia e ganha dinheiro em cima dela. Segue citando como exemplos dessa sua fala o Instituto do Coração e o dos Olhos, que funcionam no Hospital Evangélico. Acentua que levou sua esposa com um problema nos olhos e constatou que, pagando, a cirurgia seria feita na próxima semana, enquanto que pelo SUS terá que esperar uma fila de 2 anos. Mostra-se indignado, já que essas obras foram construídas, repete, com o dinheiro público e que vislumbra ser esse o modelo a ser implantado também com o Hospital Infantil. Esclarece que o prédio do hospital do Aquidaban, construído com dinheiro público, será entregue à iniciativa privada e alerta os vereadores para não se iludirem, achando que o atendimento será totalmente gratuito, visto que não há nada de graça neste país. Analisa que, quando aquele hospital for entregue à

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

administração do Infantil, será preciso também garantir, através de emenda, que 100% do atendimento sejam para o Sistema Único de Saúde, evitando que coloquem lá quartos e exames particulares. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Frisa que, aos seus olhos, o Hospital Infantil faz em Cachoeiro um trabalho diferenciado, atendendo crianças não só do Município como também de todo o Estado e geralmente pelo SUS. Pontua que, como aquele é um hospital filantrópico, tem uma parcela de atendimento particular, mas que não se ouviu reclamação quanto ao atendimento pelo SUS, classificado pelas pessoas como de alto padrão. Concorde que haja controvérsias e afirma não estar defendendo o hospital, apenas reconhecimento que o Jaílton e o Roberto Winston fazem milagres para manter aquele padrão pelo SUS, muitas vezes confundido com o atendimento particular. Diz que é preciso debater com representantes do Hospital Infantil, da prefeitura e do Estado essa questão levantada pelo Vereador Fabrício de hospital totalmente pelo SUS, mesmo reconhecendo que o atendimento lá é de referência. / **Elias de Souza:** — Finaliza repetindo que o atendimento pelo SUS em Cachoeiro é de qualidade, mas que é preciso ficar atento para que isso não caia nas mãos de certas pessoas voltadas a priorizar o atendimento particular. / **Delandi Pereira Macedo:** — Alerta para a importância de os vereadores estarem presentes na audiência pública a ser realizada amanhã, onde serão discutidas as alterações na legislação do meio ambiente. Diz que as mudanças propostas são radicais e que, se o projeto for aprovado da forma como está, a Câmara dará poderes ao Executivo para fazer, por decreto, as alterações necessárias na legislação ambiental. Frisa que se fazem necessárias as presenças de representantes dos órgãos ambientais do Município e do Estado, IDAF, IBAMA, IEMA, assim como da OAB, do Sindirochas e até da população. Confirma as palavras do Vereador Elias quanto às dificuldades que o Município enfrenta e que de fato restam ao prefeito apenas 4% do orçamento para serem remanejados com vistas a atender às demandas que não são poucas, envolvendo reparação de vias, construções e outros investimentos. Cita o exemplo dos Municípios de Mimoso do Sul e Guaçuí, conforme fora divulgado pelo Jornal A Gazeta, que estão passando um aperto violento para fazer os seus ajustes de contas e evitar serem pegos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Acrescenta que a Prefeita Flávia cortou o seu próprio salário e demitiu diversos servidores. Registra que informações extraoficiais dão conta de que também o prefeito de Cachoeiro está tomando uma decisão forte, mandando servidores da área da saúde embora. Enfatiza que muitos comemoram a decisão do prefeito de mandar os comissionados embora, assim como dos vereadores reduzirem as vagas na Câmara, entendendo que será economia, mas que se esquecem que o resultado disso será também a dificuldade no atendimento às pessoas. Justifica que, por mais que se entenda que esses cargos são políticos, essa decisão vai diminuir também a qualidade do serviço prestado à comunidade. Frisa que, se há alguém no meio que não faz jus ao salário recebido, essa questão deve ser tratada pontualmente. Analisa que a redução de vagas de vereadores tem reflexos na diminuição da representatividade e na democracia em que vivemos; assim, apesar de ter se definido votar pela redução, isso o preocupa, porque serão menos pessoas representando as comunidades. Repete as palavras do companheiro Elias, confirmando que os vereadores não foram eleitos por classe e que ele, Delandi, por exemplo, chamado representante dos evangélicos, teve votos da sociedade toda. Comenta que a composição da

22

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara se faz da nata daqueles que tiveram coragem de ir para as ruas pedir voto e colocar a cara na reta para representar a população numa área política tão mal falada como esta. Frisa que não é bonito sair às ruas e ser encarado como político, mas que, no seu caso, tem coragem por ter assumido um compromisso como vereador, podendo ser constatado que possui hoje muito menos do que antes de ser eleito. Lembra que, enquanto isso, prevalece na opinião pública a ideia de que as pessoas entram na política para se enriquecerem ilicitamente. Tece considerações quanto à situação econômica do país, cheio de dificuldades, fruto dessa crise, tudo isso colocado num saco que força a sociedade a ajustar suas contas, assim como o Governo Federal, o que, para ele, Delandi, foi uma atitude tomada tarde demais, tendo como resultado o fato de o povo novamente pagar o pato com o aumento de impostos. Segue registrando que fez um convite ao diretor do Procon, o qual se colocou à disposição para vir à Câmara esclarecer como funciona nos bancos o cumprimento da lei que estabelece o tempo de 20 minutos de espera na fila de atendimento. Enfatiza que as reclamações são muitas, porque as pessoas vão para a fila e a prioridade aos idosos e deficientes está ocorrendo sem os ajustes necessários, prejudicando o atendimento a todos os cidadãos, que estão sendo forçados a ficarem mais de 1 hora aguardando. Reafirma o seu desejo de que o diretor do citado órgão esteja na Câmara na próxima terça-feira, explicando aos vereadores como está sendo organizada essa prioridade e se os bancos devem ou não separar caixas com esse fim e em número suficiente para cobrir a demanda. Quanto às questões orçamentárias, diz que, assim como o Vereador Fabrício, tem procurado buscar emendas parlamentares para ajudar o Município, inclusive conseguiu verbas com a então deputada federal do seu partido que hoje não dispõe mais dessa representação. Cita que, mesmo antes de ser vereador e depois de eleito, conseguiu esses recursos para ajudar os Hospitais Evangélico e Infantil. Menciona 2 emendas obtidas, no valor de 250 mil reais, sendo que 1 delas, que visava infraestrutura, se perdeu no caminho. Salaria que, mesmo com todos os trâmites feitos e os projetos encaminhados, infelizmente, a prefeitura perdeu esses recursos que seriam destinados à pavimentação de vias do Bairro Santo Antônio. Lamenta o ocorrido, destacando já ter até comunicado à população que as obras sairiam e alerta que o Município deve estar atento a esses pontos, pois, se não tem recursos próprios, precisa correr atrás desses que vêm de fora. Diz que está quase acreditando que mais uma emenda de 250 mil reais, que ele conseguiu através da ex-deputada federal Lauriete, do PSC, será perdida. Lembra que tal emenda foi obtida para a área de saúde, sendo encaminhada toda a documentação para a prefeitura e para o Ministério da Saúde e que não sabe se o que precisa é um lobby político para que esses recursos sejam destinados à compra de equipamentos dirigidos ao PA de Itaoca, ao novo posto de atendido do Bairro Gilson Carone e ao Posto Paulo Pereira. Frisa que, com a pouca força que enquanto vereador tem, luta para conseguir os recursos e, quando isso é alcançado, esbarra-se nas burocracias que só prejuízos trazem à sociedade. Finaliza destacando que, perdendo tais recursos, a prefeitura terá que equipar esses PA's com verbas próprias, tirando de onde não tem, quando estava à disposição dela esse valor, via emenda parlamentar. / **Lucas Moulais:** — Cumprimenta a Maçonaria, registrando que ela é uma entidade séria, na qual tem muitos amigos, especialmente o Dário Viana. Segue comentando que foi procurado por um rapaz de um jornal de Cachoeiro querendo entrevistá-lo, mas achando que ele, Lucas, era

23

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

otário, basta ver que o respondeu tão ao pé da letra que a matéria nem saiu no jornal. Acrescenta que, tempos depois, foi procurado por outro rapaz perguntando sobre sua opinião quanto ao número de vereadores, ocasião em que lhe respondeu que não é parlamentar por vaidade, e sim para representar bem o povo de Cachoeiro, principalmente o de Gironda e o de Soturno. Cita que o seu melhor momento político foi nos anos 90, quando o prefeito era o José Tasso de Andrade, época em que havia o pagamento de terceiro salário e também um recesso de 30 dias no meio do ano e mais 60 dias no final. Frisa que hoje recesso, para ele, não existe e que seus 1.378 votos são declarações de amor. Reportando-se ao Vereador Fabrício, frisa que a ideologia deles só bate em um ponto, que é quando ambos optam por número ímpar, inclusive destaca que é por essa razão que ele, Lucas, vai votar pelas 19 vagas. Salienta que nos anos 90 eles tinham todos os benefícios que já citou, não havia crise financeira e que, apesar de respeitar quem defende a redução, tem em mente tudo o que responderá nas redes sociais mais para frente, pois essa área não é patrimônio sem dono. Afirma que vai saber jogar a plateia para cima dele na hora certa, coisa que nem gosta de fazer. Cita que o Município tem 78 bairros e 10 distritos e que, quando a Câmara tinha 13 cadeiras, um amigo seu que já havia sido vereador perdeu a eleição, o que não teria acontecido caso fossem 19 vagas. Comenta que a sua resposta ao repórter foi que será a favor de uma lei que não aumente o número de vereadores, já que, pela quantidade de habitantes do Município, poderiam chegar a 21 vagas. Segue indagando por que não viram lá atrás que haveria essa crise e afirma que sua posição é que sejam mantidos as 19 vagas durante 30 anos, a partir desta gestão. Justifica sua colocação adiantando que, nesse período, Cachoeiro comportará de 26 a 27 vagas na Câmara. Observa que durante o hino de Cachoeiro hoje ficou mudo por entender que a cidade nunca crescerá, se permanecer a ideologia de certas pessoas. Diz que respeita muito o cantor e acha que é uma boa canção, mas que “Meu Pequeno Cachoeiro” nunca poderia ser o hino deste Município. Questiona que crise é essa que persiste a tantas legislaturas e adianta que não é o número de vereadores o culpado por ela. Acentua que tal crise está dentro da Câmara e que, assim como o colega vereador, que já aprendeu até a fazer a regra de 3, ele, Lucas, também fará as contas. Manifesta o seu respeito a todas as entidades, mas repete que será a favor das 19 vagas, doa a quem doer. Ressalta que no seu entendimento quem acaba desvalorizando o vereador é a própria categoria, pois os próprios colegas dizem que não têm poder, quando deveriam informar à população o que de fato está acontecendo. Desabafa dizendo que sabe tudo o que aconteceu na Casa nos tempos passados e que, apesar de quererem diminuir o número de vereadores, o mesmo não acontecerá com o percentual de verba que o Município repassa à Câmara; portanto, para ele, essa é uma economia que não dá para entender. Enfatiza que tem aprendido muito com o Vereador Maitan e que é de seu conhecimento que a folha desta Casa está inchada, sem que a culpa seja da vereança. Diz que era feliz e não sabia e que jogará novamente para ganhar; porém, se perder, vai vender limão e não deixará a sua família em situação difícil. Discorre sobre as limitações impostas aos vereadores e afirma que quem manda no seu salário é ele, e não promotor, pastor, padre ou papa, que não estão no gabinete e não conhecem a miséria da população. Frisa que está entre os poucos vereadores que sequer têm um carro para andar e que tem usado um Fiesta 2005 de propriedade de sua filha. Comenta que é difícil legislar e

24

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que quem está na Câmara é porque tem o sangue político nas veias. Pontua que, se aos olhos de muitos é um péssimo vereador por não ter um carro para andar, a verdade é que está nessa situação por ser uma pessoa humana que, dentro das medidas cabíveis e legais, tira do seu bolso para ajudar o próximo. Finaliza dizendo que não sabe falar bonito, mas sabe fazer bonito. / **Brás Zagotto:** — Diz que ficou preocupado com uma matéria publicada pelo Jornal A Gazeta quanto ao estacionamento rotativo, cuja arrecadação de quase 100 mil reais/mês é destinada ao Hospital Infantil, o que muito tem ajudado àquela entidade. Alerta que, como a licitação será aberta, qualquer um poderá participar, havendo a possibilidade de uma firma de fora vencer e abocanhar essa verba. Assim, conclama os colegas a ficarem atentos, porque, se essa receita passar para outras mãos, o atendimento do Hospital Infantil ficará muito prejudicado. Segue solicitando ao líder do prefeito, o Vereador Elias, que esclareça como se dará essa licitação e quem dela poderá participar, de maneira a que sejam empreendidos esforços, visando garantir que, se o rotativo não ficar com o Hospital Infantil, passe para a Santa Casa ou outra entidade do Município. Lembra que, por ser morador do Bairro Vila Rica e conhecer a situação difícil quanto à mobilidade urbana no trevo da Ilha, no Teixeira Leite e na Rodovia do Valão, protocolou, na SEMDURB, um pedido de análise de construção de uma ponte no Bairro Valão, obra essa que Ferraço já pensou em realizar. Salienta que é de seu conhecimento que o Município sozinho não pode arcar com essa obra, ou seja, necessita de uma parceria com o Governo do Estado para a construção da ponte, com vistas a desafogar o trânsito na Ilha da Luz e facilitar a vida das pessoas. Informa que hoje recebeu uma resposta do Governo do Estado, acenando positivamente para um estudo junto ao prefeito e à Secretaria de Obras, com a finalidade de incluir verba no orçamento do próximo ano para a construção da citada ponte. Quanto aos projetos para a redução do número de vereadores e do salário, lembra do ocorrido recentemente quando apresentou a proposta referente à obrigatoriedade da placa nos capacetes dos motociclistas para facilitar a identificação dos assaltantes. Reclama que se sentiu mal compreendido pela sociedade, mas, como a TV Gazeta colocou uma urna no shopping e a maioria se posicionou contra o projeto, ele, como legislador, pediu ao prefeito que vetasse a iniciativa. Diz que anda pela cidade e sabe que a população acha que o vereador não faz nada, havendo inclusive uma música em ritmo de forró nas redes sociais a respeito disso, ou seja, para o povo uma sessão por semana é muito pouco, considerando que o prefeito está na prefeitura todos os dias, assim como ocorre com o governador e com os professores. Com base nisso, registra ter apresentado um projeto de lei, para o qual conseguiu 10 assinaturas, prevendo a realização de 2 sessões semanais nesta Casa: uma na terça-feira, às 14:00 horas, e outra na quinta-feira, que poderá ser no horário da noite, dando aos trabalhadores condições de acompanhar a atuação dos representantes nos quais votaram. Frisa que, assim, os eleitores serão esclarecidos sobre a atividade parlamentar, sabendo que ela requer a vinda dos vereadores à Câmara várias vezes para darem pareceres nas matérias e participarem de audiências, sem contar as sessões de homenagens que acontecem toda última segunda-feira do mês e as visitas a obras e hospitais, através das comissões. Fala da sua luta para asfaltar o Bairro Alto Vila Rica e anuncia que, segundo a Secretaria de Obras, a licitação saiu e começará a ser feito um trabalho, a partir de amanhã, para tapar os buracos nas ruas da cidade. Diz que seu gasto com gasolina, indo à Secretaria de

25

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Obras pedir que tapasse um buraco numa rua do Bairro Vila Rica, daria para ter resolvido o problema com muito menos, pagando um calceteiro, já que por pouca coisa o vereador apanha. Quanto à redução do número de vereadores, afirma que, se lhe mostrarem estudos concretos de que a economia dará resultado, votará a favor; do contrário, não votará a favor, já que, pela Constituição Federal, o Município tem o direito de ter 21 vagas. Lembra que já ganhou eleições com 12, 13 e 19 vagas, estando na Câmara por 5 mandatos. Encerra destacando que, se as justificativas quanto à economia não forem convincentes, será a favor da permanência das 19 vagas. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Destaca que é muito importante quando a Casa recebe a presença de representantes de instituições, a exemplo dos da Maçonaria. Frisa que há outros assuntos discutidos na Câmara que também necessitam da participação da sociedade, inclusive aqueles que serão tratados na audiência a ser realizada amanhã e na próxima semana. Lamenta que a participação da sociedade nessas audiências públicas às vezes seja pequena e relembra o ocorrido com o Código de Posturas, que teve várias delas e, quando foi à votação, ainda foi preciso corrigir, através de emendas, muitas situações. Adianta que a Câmara apreciará o Código de Obras, o qual também passará por audiência pública, e que a sociedade não deveria se ater ao interesse apenas quanto a temas polêmicos, como é o caso da redução do número de vereadores e da cassação do mandato do prefeito. Esclarece que nas audiências públicas a sociedade tem voz e tudo é registrado numa ata para instruir o projeto de lei. Lembra que enviou um pedido à OAB quanto à realização de um estudo com vistas a verificar como surgiu a SUDENE, que veio da ADENE, e quais os critérios técnicos para que Cachoeiro seja incluído. Salaria tratar-se de uma discussão antiga e que é importante setores com representatividade, como a Maçonaria, a OAB e vários outros, ajudarem nesse tipo de debate. Ressalta que fez uma proposta referente à segurança que inclusive levantou manifestação do Coronel Marin, através do facebook, pois, quando ocorreu o assassinato do Roberto Misse, foi puxado um movimento pelo CDL e pela ACISCI, fechando até as lojas. Indaga sobre o que mais foi feito de forma institucionalizada a esse respeito. Aponta que as pessoas ficam nas filas dos bancos por muito tempo, mas que existe a Lei Municipal 6.601/2012, a qual estabelece um limite de espera de até 20 minutos em dias normais e 30 em dias de pagamento, mas a sociedade não se manifesta a esse respeito por não ter conhecimento dessa legislação. Diz que protocolou um projeto obrigando os bancos a entregarem as senhas automaticamente e que uma assessora sua aguardou, por uma hora e meia, atendimento em agência bancária. Registra que outra assessora sua foi atendida pelo caixa do banco e que ela pediu a autenticação da sua senha, mas o funcionário disse que isso deveria ter sido solicitado antes do início do atendimento. Comenta que há reclamações a respeito de setores como o de transporte público quanto aos ônibus superlotados e o fim de linhas, sem prévia comunicação, assim como o de água e esgoto e dos bancos. Recorda que, quando criticou a Odebrecht, muitos disseram que a imprensa não publica nada contra tal empresa, inclusive um gerente de banco sugeriu que ele, Jonas, “batesse” na AGERSA, e não na concessionária, por considerar boa a atuação da mesma na cidade. Frisa que foi eleito pelo povo para representá-lo; então, se for preciso, vai se indispor sim com gerentes de bancos, com a Viação Flecha Branca, com a Odebrecht ou com qualquer outra instituição que seja. Registra que também fez um projeto sobre a remoção de veículos, mas observa que algumas

26

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

coisas não funcionam na prática, sendo, portanto, necessário defender os interesses da população, e não os de grupos. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Ressalta que, no passado, lutou contra a taxa de esgoto, mas não obteve êxito, porque vereador não pode legislar em cima de contratos de empresas com a prefeitura, como é o caso da Odebrecht, sendo preciso vir projeto do Poder Executivo nesse sentido ou, então, ser feita uma ação popular. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Informa que, em fevereiro, a conta de água teve um aumento de 8,82%, sendo que o índice inflacionário era de 6,32%, sem contar que o percentual combinado em 2011 foi de 2,50%, como reequilíbrio econômico em face aos investimentos da concessionária. Comenta que ainda ficou ajustado um percentual de 6,49% para, depois de ser feito um estudo técnico, reequilibrar o contrato. Salienta que já foi autorizado pela AGERSA o repasse, em setembro, desse percentual para o usuário do serviço de água e esgoto. Prossegue o seu discurso, acrescentando que em fevereiro do próximo ano haverá outro reajuste, o que representará, no período de doze meses, um aumento de cerca de 28% para os usuários. Destaca que fez um ofício à Odebrecht a esse respeito e diz que é preciso dar voz e solução efetiva para os problemas dos munícipes. Cita a entrevista do Dr. Edmar Rabelo dada a um jornal, com os seguintes dizeres: “Um dos objetivos da Maçonaria é fiscalizar mais de perto as ações do Poder Legislativo no país, não só quanto ao número de vereadores mas também quanto à segurança e à saúde pública”. Concorda que a Maçonaria e as instituições organizadas se unam em busca de soluções e também apresentando sugestões, como foi feito com relação ao número de vereadores, mas analisa que está na hora de a sociedade, em vez de apenas criticar o prefeito e os vereadores, arregaçar as mangas, participar das audiências públicas e dar opiniões com vistas a melhorar a vida do povo. Por fim, diz que, às vezes, o vereador quer fazer algo, mas sempre aparece a turma do “deixa disso” pedindo que não mexa em determinadas situações, inclusive afirma já ter recebido esse tipo de “sugestão”. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Inicia solicitando que seja feito um minuto de silêncio devido ao falecimento do Sr. José Rodrigues, que trabalhou muitos anos na Selita, e também das duas jovens vítimas do acidente ocorrido no sábado, na estrada de Atílio Vivácqua. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / A seguir, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Parabeniza a Primeira-Dama Auxiliadora, o Secretário Archanjo e todos os servidores pelo sucesso da 32ª Feira da Bondade. Quanto à problemática envolvendo o Prefeito Casteglione e uma cidadã no Facebook, diz que prefere não expor a sua opinião por não ter todas as informações sobre o caso, mas reconhece que a internet, às vezes, serve para disseminar o ódio, o preconceito, o racismo e a homofobia. Lembra que, quando da votação do projeto dispendo sobre a reposição salarial dos membros do Legislativo, um garoto foi para o Facebook e disse que na Câmara só havia bandidos e que o Professor Léo era apenas mais um deles. Diante desse comentário, ele, Léo, pediu ao rapaz que provasse que era bandido, e, 5 minutos depois, o post havia sido deletado. Diz-se a favor de as pessoas se expressarem, embora saiba que muitas delas não estejam preparadas para ouvir a contra argumentação. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Ressalta que, quando a pessoa se expõe, pode até produzir provas contra si mesma, visto que o direito acompanha o que se passa na sociedade. Frisa que, se o cidadão comum for ofendido em rede social, ele poderá processar quem o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ofendeu, e acrescenta que o homem público está exposto a esse tipo de comentário. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Fala da necessidade de as pessoas terem mais comprometimento quando escrevem algo para não criarem provas contra si mesmas. Destaca que, como disse o colega Elias, o vereador está na ponta, sendo o saco de pancadas da população. Concorde com as palavras do companheiro David quando diz que o cidadão mora no Município e que, por isso, recorre aos vereadores, e não aos deputados e senadores. Sugere que os vereadores tenham uma coluna em um jornal de grande circulação no Município para falarem sobre os assuntos debatidos na Câmara, como foi hoje o de interesse dos motoboys. Diz que é preciso potencializar o papel e a participação dos vereadores. Segue lembrando que em 2011 apresentou um projeto aumentando de 1 para 2 sessões semanais na Câmara e que, agora, o Vereador Brás preparou uma proposta semelhante, a qual já tem o seu apoio, visto que potencializará o trabalho dos parlamentares. Enfatiza que, se as pessoas não estão satisfeitas com o trabalho dos vereadores, deveriam escolher outros candidatos ou virem participar mais das sessões para reivindicar melhores atitudes. Afirma que não gosta de ser pautado por jornal, TV nem rádio, e sim por seus eleitores, com os quais tem compromisso, basta ver que criou o projeto “Não seja o DJ do ônibus” provocado pelos alunos do IFES. Declara que entende o ponto de vista dos vereadores quanto à redução do número de vagas na Câmara e lembra que, em 2011, considerava 13 cadeiras o ideal. Embora reconheça que os parlamentares do PT são livres para decidir sobre essa questão, diz que votará pela redução do número de vagas devido ao momento político e econômico enfrentado pelo Município, pelo Estado e pelo País. Conclui que, mesmo com essa redução, a representatividade precisa ser de excelência. / Logo após, teve início o **Horário das Lideranças.** / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Prorroga a sessão por tempo indeterminado para o término dos trabalhos. / **Jonas Nogueira Dias Júnior (PV):** — Convida a todos para a audiência pública que será realizada amanhã, às 18:30 horas, no plenário da Câmara, ocasião em que serão discutidos os Projetos de Lei 132/2015, que trata de serviços e licenciamento ambiental, fiscalização ambiental, infrações e penalidades, 133/2015, que trata da instituição de taxas, e 140/2015, que cria o Plano Rodoviário Municipal Rural. Informa que o Sindirochas enviou um ofício à Câmara com o seguinte teor: “Senhor presidente, se o projeto for aprovado da forma proposta pelo Executivo Municipal, caberia tão somente ao próprio Executivo e ao órgão ambiental definirem a regulamentação e sua aplicação sem a representação dessa douta Câmara e à revelia da discussão e do conhecimento do setor de rochas ornamentais do Município e das demais atividades vinculadas”. Prossegue o seu discurso dizendo ter iniciado um estudo sobre a possibilidade de a agência reguladora transferir dinheiro para o Município, mas que encontrou um obstáculo; por isso, precisa da ajuda dos vereadores, da sociedade e dos advogados para encontrar uma solução. Registra que, enquanto o Município, por não ter recursos, não pode atender os cidadãos em várias necessidades, a AGERSA tem 3 milhões 325 mil reais, sendo que desse valor 2 milhões 537 mil reais estão aplicados e 788 mil reais depositados no banco. Lembra que a AGERSA recebe 3% de outorga do que é arrecadado com a tarifa de água e de esgoto e mais 1% da taxa de regulamentação. Diante disso, diz que é preciso buscar soluções para as necessidades do povo, já que os vereadores e demais instituições da sociedade organizada são as vozes dos munícipes. Comenta que um jornal

28

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29

divulgou uma matéria, dando conta de que a PM se recusou a ir atrás de um ladrão que estava em um telhado, sendo que um comerciante foi quem acabou prendendo o bandido. Salienta que a PM disse que esse não é um procedimento normal, mas que é preciso entender que ocorrem na cidade vários tipos de situações. Registra que a Câmara Municipal recebeu votos de congratulação do Deputado Enivaldo dos Anjos, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Guincho, parabenizando a Casa, em particular o Vereador Jonas, autor da matéria, pela aprovação do projeto de lei que proíbe os agentes de trânsito municipais de fazerem a remoção de veículos, entendendo que os vereadores de Cachoeiro se posicionaram em favor do bem-estar coletivo. Finaliza reforçando que a sociedade, os vereadores, os Poderes Executivo e Judiciário, o Ministério Público e demais entidades devem se unir em prol dos cidadãos para alcançarem resultados concretos. / **Lucas Moulais (PTB):** — Inicia dizendo que já avisou ao secretário de Saúde sobre a reclamação de uma moradora de Soturno com relação à dengue. Segue comentando que, na década de 90, os vereadores recebiam 70% do salário dos deputados estaduais, os quais ganhavam 70% do salário dos deputados federais, que, por sua vez, recebiam 70% do salário dos senadores. Analisa que as coisas mudaram para o lado dos vereadores, mas não para o dos deputados e senadores. Concorde que é preciso fazer economia no Brasil, mas que a mesma seja feita nos setores mais altos, e não quanto ao salário dos vereadores, que nem recebem 13º salário, mesmo sendo os legítimos representantes do povo e estando dia a dia com a população, enquanto os deputados só aparecem de 4 em 4 anos. Encerra o seu pronunciamento dizendo que deseja continuar representando o seu povo. / **David Alberto Lóss (PDT):** — Diz que o PDT está defendendo 2 teses importantes para o Brasil: a federalização do ensino fundamental e o novo pacto federativo. Registra que, no atual pacto federativo, de cada 100 reais arrecadados 58 reais ficam com a União; 38 reais com o Estado, e o resto com o Município. Avalia que a maior parte dos problemas está no Município e que, mesmo assim, é ele quem recebe menos, e cita como exemplo o ensino fundamental, que é onde há mais alunos, enquanto o superior ficou a cargo da União, a quem compete administrar o maior percentual de dinheiro. Finaliza conclamando a sociedade para se mobilizar com vistas a que seja feito um novo pacto, iniciativa essa que é a grande meta do PDT, propondo a federalização do ensino fundamental por considerar que as crianças são todas iguais e, portanto, precisam ser atendidas da mesma forma. / Na sequência, passamos à **Ordem do Dia.** / **Rodrigo Pereira Costa, levantando questão de ordem:** — Pede que seja incluído na pauta do dia o Projeto de Emenda à LOM 05/2015, de iniciativa do Vereador José Carlos Amaral. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Solicita a inclusão do Projeto de Lei 188/2015 na pauta do dia, destacando que a matéria já possui os pareceres da procuradoria e da Comissão de Justiça. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata a inclusão. / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Pede também a inclusão na pauta do dia do Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município 04/2015, de iniciativa da Mesa Diretora. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita que, exceto os projetos de emenda à Lei Orgânica do Município, as demais matérias constantes da pauta sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30

Cecotti (Presidente): — Acata o pedido. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita apreciação em destaque do Projeto de Lei 188/2015, de autoria do Vereador Fabrício Ferreira Soares. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Pede vista ao Projeto de Lei 188/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido de vista. / **David Alberto Lóss:** — Esclarece que o pedido de destaque feito pelo Vereador Amaral foi ao projeto de iniciativa do companheiro Fabrício. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Deixa claro que o que acatou foi o pedido de vista do Vereador Jonas ao mesmo projeto. / **David Alberto Lóss:** — Cita que os pareceres da Comissão de Justiça e da procuradoria são favoráveis no que diz respeito à legalidade, mas que o ponto a ser discutido é a retirada de poder da Câmara, deixando-a refém de uma audiência pública. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Esclarece que o projeto não tira a autonomia da Casa, ou seja, não caberá à sociedade aprovar ou não o subsídio, mas todas as cidades brasileiras estão colocando esse projeto para ser votado, por ser traumático para a população e para os vereadores apreciar proposta de subsídio ou de redução do número de vagas. Lembra que a Câmara faz audiência pública para a educação, saúde e tudo mais e que deveria também, nesse ponto, ouvir a sociedade, a exemplo dos professores da São Camilo, recebendo a proposta do rapaz que está colhendo assinaturas. Frisa que será solicitado respeito de quem vier ao plenário para que não se manifeste, o que é difícil fazer hoje, quando eles não se manifestaram em hora nenhuma e não foram ouvidos para saber se queriam mais ou menos vereadores ou um salário menor ou maior. Cita que o pedido de vista tem um prazo regimental e que, na próxima semana, solicitará a votação do projeto, quando os vereadores ficarão à vontade para aprovar ou não. Ressalta que para os legisladores é importantíssimo acabar com pressões do tipo de um presidente de sindicato trazer para cá 5 pessoas levantando uma placa e ficar vaiando os vereadores na hora do voto, inclusive por conta disso no país inteiro está sendo aprovado salário mínimo para o vereador. Afirma que isso tem acontecido, porque o voto se dá na pressão, e é exatamente o que ele quer evitar. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Esclarece ao Vereador Fabrício que não foi um voto contra o projeto, e sim um pedido de vista, que é uma prerrogativa regimental do vereador, um instrumento que lhe permite avaliar com mais critério, responsabilidade e ponderação a matéria. Registra ainda que audiência pública pode ser feita a qualquer tempo e a qualquer momento, independente de uma previsão em lei. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Diz que o projeto será discutido posteriormente. / **Leonardo Pacheco Pontes, levantando questão de ordem:** — Pontua que o projeto já foi retirado e que, pelo que conversou com o Vereador Fabrício, considera salutar a proposta, embora acredite que a maioria dos companheiros não tenha tido tempo para avaliá-la com carinho. Comenta que como eles, enquanto vereadores, passarão, estando previsto em lei, qualquer outra Câmara que entre terá a obrigação de promover essa audiência pública com todos os segmentos da sociedade. Analisa que a proposta não retira poder do vereador, e sim amplia a discussão, inclusive aponta que é possível apresentar emendas. / **David Alberto Lóss:** — Alerta que há no projeto a palavra “secretário municipal”, que se transforma num vício, já que cabe ao prefeito definir o salário deles. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Protesta contra a discussão desse projeto, lembrando que foi acatado pelo presidente o pedido de vista. / **Júlio César**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

31

Ferrare Cecotti (Presidente): — Encerra a discussão, frisando que a mesma ficará para a próxima terça-feira. / A seguir, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1459, 1460, 1461 e 1462/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474 e 1475/2015 – Lucas Moulais 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504 e 1505/2015 – José Carlos Amaral; 1508 e 1509/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525 e 1526/2015 – Delandi Pereira Macedo; **Regime de Urgência** para apreciação dos Projetos de Lei 196 e 198/2015; **Projetos de Decreto Legislativo: concedendo Comenda Glauber da Silva Coelho:** 310/2015 – Lucas Moulais, 313/2015 – Rodrigo Pereira Costa, 314/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior, 318/2015 – Alexandre Valdo Maitan e 322/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; *concedendo Homenagem Especial:* 311/2015 – Rodrigo Pereira Costa e 312/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; *concedendo Comenda Cláudio Dias da Silva:* 315/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior, 319/2015 – Lucas Moulais e 321/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; *concedendo Título Empresa Amiga da 3ª Idade:* 316/2015 – Rodrigo Pereira Costa, 317/2015 – Alexandre Valdo Maitan e 320/2015 – Lucas Moulais. / Logo após, foi lido o **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município – PELOM – 05/2015** (Altera a redação do artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim – Estabelecendo o número de 15 vagas de vereador para cada legislatura) * com Emenda Modificativa 02 ao artigo 1º do PELOM 05/2015, aposta pelo Vereador Alexandre Valdo Maitan (Estabelecendo o número de 9 vereadores para cada legislatura, e Emenda Modificativa 04 ao artigo 1º do PELOM 05/2015, aposta pelo Vereador Jonas Nogueira Dias Júnior (Estabelecendo o número de 13 vagas de vereador). / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita que as emendas sejam apreciadas em destaque. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / Na sequência, foi colocada **em discussão a Emenda Modificativa 02 ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município 05/2015, aposta pelo Vereador Alexandre Valdo Maitan.** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Inicia destacando que, como é sabido pelos vereadores, a sua proposta reduz de 19 para 9 as vagas na Casa, justificando que assim o fez, porque o repasse de 6% que o prefeito envia à Câmara Municipal é prerrogativa da Constituição Federal e foge à competência legislativa. Frisa que, portanto, se a Casa tiver 21, 19, 15, 13 ou 9 vereadores, o repasse citado será o mesmo. Lembra que os deputados estaduais têm em emendas parlamentares o valor de 1 milhão e 200 mil reais, o que é franqueado aos 30 componentes da Assembleia Legislativa, que as destinam de acordo com suas conveniências. Cita que, quanto ao deputado federal, o valor é de 10 milhões de reais anualmente para serem direcionados às bases eleitorais. Ressalta que na conversa que teve com colegas que apoiam a manutenção do atual número de vereadores, adiantou que qualquer redução não traria, a seu ver, a economia que se deseja em um momento de extrema dificuldade, inclusive considera a emenda que apresentou uma medida de excepcionalidade. Esclarece que isso se dá por não ser possível negar a força da representatividade dos vereadores, mas que a redução pretendida para 9 vagas seria um panorama para toda a União,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Estados e Municípios quanto à responsabilidade que esta Câmara tem. Analisa que a diminuição de 2 ou 4 vagas não trará a economia pretendida, se é que essa é a proposta dos colegas. Explica que optou pelo número 9 porque não há nenhum outro Município da Federação com menor quantidade de vereadores. Ressalta que o teto máximo de gastos com pessoal é de 70% e que, portanto, não precisa chegar a esse limite; assim, o próximo prefeito e o presidente do Legislativo, com base nesse número, alcançariam uma economia, tendo em vista que a sobra de verbas na Câmara será encaminhada ao Poder Executivo. Acentua que sabe que os colegas vão questionar qual garantia terão de que o prefeito cumprirá esse valor em forma de emendas ao orçamento e lembra o remanejamento que a Câmara autoriza, de 0 a 100%. Assim, conclui que o óbvio seria dar ao prefeito 0% de permissão para remanejar o orçamento, porque, assim, obrigatoriamente, ele precisaria cumprir o que está na lei orçamentária, ou seja, também as emendas propostas pelos vereadores. Reforça que, caso o prefeito mesmo assim não cumpra as emendas, caberá à Mesa Diretora, conforme proposta do ex-presidente David e de outros que o antecederam, construir uma nova sede para o Legislativo Municipal. Diz que, apesar de o local ser apropriado, é preciso descentralizar e que com a economia a população saberia que o recurso devolvido pela Câmara se materializou em ajuda aos hospitais, calçamento de ruas, pavimentação, drenagem e tudo mais. Finaliza pedindo que os colegas entendam o valor dessa medida, por sua excepcionalidade, e votem a favor da mesma. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Registra que a perspectiva que havia como fruto das conversas do partido e com as pessoas da sociedade era que votasse nos 13, mas que foi convencido pelas palavras do Vereador Maitan e votará a favor das 9 vagas. / **José Carlos Amaral:** — Solicita que o presidente esclareça como será votada a emenda que prevê 9 vagas de vereadores. / **Fabício Ferreira Soares:** — Lembra que, se for rejeitada a emenda, ficará prejudicado o projeto de 15 vagas. / **José Carlos Amaral:** — Frisa que, se a emenda for aprovada, prevalecerá a proposta de 9 vagas e, posteriormente, serão votadas as de 13 e de 17. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Afirma que, mesmo que sejam aprovadas as 9 vagas, também deverá ser votada a emenda que propõe 13. / **José Carlos Amaral:** — Explica que primeiramente vota-se a que prevê 9 vagas, depois a de 13, 15 e 17. / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Ressalta que cada vereador terá o direito de defender a sua emenda e que pode ser colocado em votação única, seja 9, 13 e 17. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Esclarece que a votação será feita em separado, iniciando-se pela de 9 vagas. / **José Carlos Amaral:** — Lembra que para aprovar qualquer emenda serão necessários 13 votos. / **Dr. Gustavo Moulin Costa (Procurador):** — Explica que, aprovando-se a emenda de 9 vagas, o projeto ficará prejudicado. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Justifica que isso se dá porque foi pedido destaque para apreciação das emendas e que a aprovação de uma delas mata o projeto de 15 vagas. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Diz que, como são 3 posições, 9, 13 e 15 vagas, seria melhor que cada um defendesse a sua tese. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Afirma que é isso o que será feito. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Pergunta se a emenda de 9 vagas ganhar prejudicará todas as outras e salienta que, dessa forma, fica difícil se definir. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Repete que foi acatado o pedido

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de destaque. / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Sugere que primeiro seja votado o projeto que tem mais aceitação, por exemplo, o de 15 vagas, e, sendo ele rejeitado, então, serão apreciadas as demais emendas. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Lembra que foi aprovado o destaque para apreciação das emendas; portanto, primeiro será votada a emenda de 9 vagas e, posteriormente, as outras, seguindo a ordem. Informa que, sendo aprovada a emenda, ela passará a ser o texto do projeto original e, nessa linha de raciocínio, conclui que seria melhor discutir também a emenda de sua iniciativa antes. / Prosseguindo, **a Emenda Modificativa 02 ao PELOM 05/2015**, acima descrita, **foi rejeitada** por 13 votos contra 6 do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Valdo Maitan, Brás Zagotto, Fabrício Ferreira Soares, José Carlos Amaral (Registro: “Não posso votar contra o meu amigo Vereador Maitan”), Leonardo Pacheco Pontes e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Júlio César Ferrare Cecotti (Registro: “Voto não, porque não sou demagogo), Jonas Nogueira Dias Júnior, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / Dando continuidade, foi colocada **em discussão a Emenda Modificativa 04 ao PELOM 05/2015, aposta pelo Vereador Jonas Nogueira Dias Júnior.** / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Frisa que a Constituição Federal não estabelece a quantidade mínima de vereadores, e sim que, de acordo com o número de habitantes, certos Municípios têm o máximo de 9 vagas. Conclui que nada impediria que fosse votado menos de 9. Segue discorrendo sobre o repasse de verbas para o Legislativo Municipal, destacando que, pelo artigo 29-A da Constituição Federal, não se ultrapassará o percentual de 6% para os Municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes. Assim, analisa que não há nenhum impedimento de aprovar no orçamento um valor menor do que 6%, pois o que a Constituição Federal veda é um repasse superior a esse. Diz ter em suas mãos todos os recortes de jornais desde março, quando se começou a discutir a redução do número de vagas na Câmara, dando destaque à manchete informando que o Vereador Amaral queria 13 vagas e o Júlio Ferrare, 15. Frisa que, quando foram apresentadas as emendas, ele, Jonas, assinou a que previa 17 vagas por entender que só haveria ela ou, então, permaneceriam as 19 cadeiras. Dessa forma, pontua que, quando surgiu a de 15 vagas, com emenda para 9, avaliou esse contexto e viu que os colegas, diante de uma enquete feita pela imprensa, assinaram tanto a emenda que previa 17 como a de 15, até mesmo os proponentes, sendo direito de cada um mudar o seu voto. Enumera que a Casa tem 120 assessores, que saem a 203 mil reais, 47 servidores efetivos, que custam 289 mil reais, isso sem encargos, 14 comissionados, que saem a 37 mil reais, 19 vereadores, que custam 134 mil reais só com subsídio. Diante disso, cita que colegas propuseram um corte do número de comissionados, cujo custo com tíquete, INSS, encargos e férias chega a 56 mil reais/mês e, mesmo eliminando todos eles, embora a média salarial não seja tão alta, sendo o maior salário o de diretor, chegaria a 672 mil reais/ano. Cita que o custo com o vereador divide-se em uma verba de gabinete de 10 mil reais, com o INSS dos assessores, que é de 2 mil 227 reais, 1 mil e 80 reais de tíquete, já que em média cada vereador tem 6 assessores, o subsídio é de 6 mil 910 reais, com 1 mil 451 reais de INSS, previsão para décimo terceiro de 1 mil 679 reais, previsão para férias de 1 mil 425 reais,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

34

perfazendo um total de 24 mil 765 reais/mês. Calcula que, por ano, cada vereador custa ao Legislativo 297 mil reais e que, com as reduções propostas, passando para 17 vagas, alcançaria-se uma economia anual de 594 mil reais; com 15 vagas, 1 milhão 188 mil reais, e passando para 13, conforme prevê a emenda de sua autoria, o valor economizado chegaria a 1 milhão 783 mil reais/ano, o que equivaleria a 7 milhões 132 mil reais em 4 anos. Defende a sua proposta, registrando que considerou uma série de componentes, entre eles a falta de uma rádio para transmitir as sessões e de uma coluna numa revista, como disse o Vereador Léo, sem contar o pleito antigo da sociedade, que é a TV Câmara. Justifica que, para ter esses mecanismos, é preciso economizar recursos, além de que a Casa está precisando melhorar a sua área de tecnologia e sua estrutura física. Lembra que uma grande redução das vagas de vereador vai complicar na hora de compor as comissões da Câmara e que também levou em consideração o fato de vários colegas terem testemunhado que, quando a Casa possuía 13 vagas, funcionou muito bem, o que pôde atestar durante um período em que esteve como suplente. Enfatiza que também considerou uma fala do Vereador Fabrício, chamando a atenção para o fato de que, quando se reduz vagas, automaticamente, o partido faz uma melhor filtragem e acaba qualificando mais os candidatos. Encerra justificando que escolheu o número 13 para ficar numa média entre a proposta de 17 e a de 9 e que, mesmo que digam que ele fez isso para aparecer, essa não é a sua preocupação, e sim realizar o seu trabalho, que é quem deve aparecer, conforme ocorreu por onde ele passou e, quanto a ser suplente, tem o mesmo direito dos vereadores titulares enquanto estiver na Câmara. / Posta em votação a **Emenda Modificativa 04 ao PELOM 05/2015**, acima descrita, **foi rejeitada** por cinco votos contra quatorze do plenário. **Votaram a favor:** Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Luis Guimarães de Oliveira e José Carlos Amaral (Registro: “Não voto contra meu grande amigo Jonas Nogueira”). **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Júlio César Ferrare Cecotti, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município 05/2015** — **José Carlos Amaral** (Altera a redação do artigo 29 da Lei Orgânica do Município do Município de Cachoeiro de Itapemirim — Estabelecendo 15 vagas de vereador para cada legislatura). / **José Carlos Amaral:** — Indaga aos colegas qual foi o dia em que ele votou contra proposta de qualquer vereador na Câmara. Deixa claro que não vota contra os seus colegas, porque eles nunca lhe faltaram na hora do voto e, mesmo com as desavenças, tem cada um como se fosse seu irmão. Afirma que o seu desejo é ver reduzir o número de vagas de vereadores pelo bem da Câmara, da credibilidade da Casa e da reputação dos membros dela. Enfatiza que a sua luta é para que a Câmara seja lembrada pelo seu lado positivo e que tem essa visão mesmo estando para ir embora, pois o seu entendimento é que a entidade Poder Legislativo vai continuar. Ressalta que a sua proposta de 15 vagas vai possibilitar a reeleição de muitos colegas, porque a sociedade saberá valorizá-los no próximo ano, visto que ela está acompanhando todo esse processo, tanto é que uma enquete de um meio de comunicação mostrou que 97% dos eleitores são a favor da redução. Analisa que, com a redução do número de vagas, diminuirá também a quantidade de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

candidatos e esses votos migrarão para aqueles que se candidatarem. Cita como exemplo o caso do Bairro Aeroporto que, podendo ter 10 candidatos, terá 3. Afirma que tudo o que for apresentado para resgatar o nome da Câmara Municipal poderá contar com ele. Diz que, se for para aprovar o projeto, podem até retirar o nome dele e colocar o de todos que assinaram a proposta, pois o seu desejo é ver o bem de Cachoeiro de Itapemirim. / **David Alberto Lóss:** — Informa que fez todas as contas quanto à situação da Casa e que é a favor da redução, porque a Câmara precisa de recursos para melhorar em todos os sentidos, visto que está faltando até elevador, não por culpa do presidente, e sim pela falta de dinheiro. Cita que, com menos 4 vereadores, será feita uma boa economia, mas não para devolver dinheiro ao Poder Executivo, e sim para usar esse recurso na Câmara, melhorando as condições da Casa do Povo, que precisa ser bem recebido aqui. Diz que é a favor da representatividade e que acredita que essa redução poderá ser até por pouco tempo. Finaliza dizendo que 6% da receita não são suficientes para manter a Câmara Municipal e que a redução, repete, não será para devolver dinheiro ao Poder Executivo, que já fica com 94% do que é arrecadado. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Diz que, guardadas as devidas proporções e as justificativas para 9, 13, 15 e 17 vagas, seguindo o entendimento obtido quando foi votado o reajuste salarial, propõe acompanhar a mesma lógica, ou seja, uma recuada para que haja um ajuste nas contas da prefeitura e da Câmara. Confirma as palavras do Vereador David, enfatizando que, dessa forma, a Câmara será preparada para o futuro dentro de sua especificidade, o que já ocorreria, mesmo que singelamente, reduzindo-se de 19 para 15 vagas. Frisa que nesse momento delicado é preciso cortar na própria carne. / **Fabício Ferreira Soares:** — Pontua que, como já defendeu as outras propostas de redução, fará o mesmo quanto à de 15 vagas, inclusive registra que precisará da cópia da ata desta sessão onde se falou tanto em economia, pois, caso não seja aprovada a redução, sugerirá a diminuição dos vencimentos, como outras Câmaras estão fazendo. Reforça que, para ele, o problema não é dinheiro e que está discutindo uma questão de praticidade dentro de uma lei federal. Avisa que lerá lá na frente todos os discursos dos colegas que falaram sobre economia, pois será preciso cortar na própria carne e no próprio bolso. / Posto em votação o **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município 05/2015**, acima descrito, **foi rejeitado** por 11 votos contra 8 do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, José Carlos Amaral, Júlio César Ferrare Cecotti, Leonardo Pacheco Pontes e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, Ely Escarpini, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / **Seguem justificativas de voto.** / **Elias de Souza:** — Diz que manteve a sua coerência, pois rejeitou as propostas de 9 e 13 vagas e aprovou a de 15 por tê-la assinado junto com o Vereador Amaral, até porque o seu convencimento foi de que esse seria o número ideal de vagas. Adianta que o seu voto será contrário à emenda que propõe 17 vagas. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Esclarece que o projeto de 17 vagas não possui emendas, porque as propostas já foram votadas anteriormente e rejeitadas. / **José Carlos Amaral:** — Agradece aos companheiros, destacando que 7 deles assinaram a emenda, mas a mesma obteve 11 votos, que foi a maioria. Reportando-se ao Vereador Elias de Souza, diz

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

36

que, mesmo diante da coerência a qual ele se referiu, vai solicitá-lo que aprove a redução de pelo menos 2 vagas, pois isso ajudará a Casa. / A seguir, foi colocado **em discussão o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município – PELOM – 04/2015 – Mesa Diretora** (Altera a redação do artigo 29 da Lei Orgânica do Município, e dá outras providências – Estabelecendo 17 vagas de vereador para cada legislatura). / **Júlio César Ferrare Cecotti**: — Ressalta que, de início, o conversado com todos os vereadores seriam 15 vagas, discussão essa que já tem 8 meses. Informa que, quando foi apresentada a proposta de 15 vagas, não havia assinaturas suficientes, o que o levou à feitura do projeto de 17, alcançando-se 8 assinaturas. Acentua a sua posição, destacando que votou favoravelmente ao projeto de 15 vagas, mas que os outros vereadores preferiram apresentar emendas e que as propostas de 15 e de 17 vagas alcançaram 11 assinaturas. Frisa que, como já foi demonstrado que a Câmara é democrática e tem as portas abertas para a população ouvir qualquer debate, é preciso esquecer outras Casas de Leis e esferas estadual e federal, entendendo que este é o momento do Legislativo cachoeirense dar uma resposta à sociedade. Justifica tal colocação, apontando que, com a redução do número de vagas de vereadores, será feita uma economia, já que desde 2009 a administração da Casa só vem pagando contas do passado, sendo difícil presidir sem alternativa de melhorar as condições do plenário e oferecer mais conforto aos vereadores. Cita como exemplo o elevador, que ficou 4, 5 meses parado e relembra que não havia dinheiro em caixa, já que não se pagava o IPACI nem o INSS. Conclama os vereadores de Cachoeiro a se unirem e darem uma resposta à sociedade, porque mesmo a redução de apenas 2 vagas será um benefício para a administração que assumirá em 2017. Diz que a Casa já chegou a enfrentar momentos em que se via sem condições de pagar funcionários nem vereadores, sendo necessário buscar adiantamento e fazer de tudo para não demitir, considerando que o Município já enfrenta um alto índice de desemprego, sofrendo-se com a falta de incentivos fiscais. Ressalta que Vitória, com 350 mil habitantes, tem 15 vereadores; Vila Velha, com 472 mil habitantes, 17 vereadores, e que Cachoeiro, com 210 mil habitantes, precisa sim dar uma resposta à sociedade, da mesma forma que ele, Júlio, fez quando encontrou na Casa coisas erradas por não ter envolvimento com as falcatruas que ocorriam aqui. Comenta que a auditoria feita aqui incluiu 10 anos, constatando que essa falcatrua já existia e que todos os vereadores deram juntos a resposta, ou seja, que a Câmara é diferente e não concorda com coisas erradas. Cita que há funcionários recebendo 180 reais de tíquete. Diz que isso não é de agora e que lá atrás já se pensou em reduzir o número de vereadores para 15, mas que houve emenda passando para 19, quando já se sabia que a Casa enfrentaria problemas financeiros. Apela, lembrando que já que não foram aprovadas 9, 13 nem 15 vagas, que haja compreensão por parte dos colegas, aprovando o projeto de 17 cadeiras para que a atual Câmara faça a diferença e seus vereadores sejam lembrados na próxima eleição. Segue discorrendo sobre tudo o que a Casa realizou, que a fez sair na frente de outras Câmaras, a exemplo do portal da transparência, do ponto eletrônico, da comissão de licitação, dos 2 advogados atuando na controladoria e fiscalizando as contas. Encerra dizendo que as eleições estão chegando e que, fazendo a diferença, os vereadores desta Casa poderão chegar diante da sociedade de cabeça erguida. / **José Carlos Amaral**: — Chama a atenção dos colegas vereadores, frisando que ainda há tempo de colocar em prática aquilo que ele já recomendou para saírem daqui carregando a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

37

bandeira da Câmara, conquistando crédito perante a opinião pública. Frisa que o seu voto foi a favor da redução para 9, 13 e 15 vagas. Analisa que é hora de dar a volta por cima e alerta que, do contrário, já na semana que vem muita coisa poderá mudar nesta Casa de Leis. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Avisa que, se esse projeto for rejeitado, não haverá segunda votação. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Dirigindo-se ao Presidente Júlio, diz que era exatamente esse esclarecimento que gostaria de ter ouvido. Indaga ao procurador se, com a rejeição do projeto hoje, acaba a possibilidade de redução. Salaria que, independente do autor, é preciso olhar o povo, que é o alvo de sua preocupação, já que ele, Luisinho, disputará a eleição seja com 9, 13 ou 20, e não fará diferença. Justifica suas palavras, dizendo que política é articulação, ou seja, vence quem articula melhor. Afirma que disputar com menos candidatos é melhor, tanto é que, na eleição para 13 vereadores, Córrego dos Monos tinha 2 candidatos, e ele fez 800 votos, enquanto que com 19 vagas, foram 8 concorrentes, e alcançou 300 votos, isso, dentro de casa. Esclarece que a dificuldade é para aquele que só tem voto centralizado e que ele, se recebesse voto só em Córrego dos Monos, não teria sido eleito, mas que o seu trabalho foi no sentido de abrir esse campo, embora ganhar ou perder faça parte do jogo. Deixa claro que nunca quis 19 vagas, já que só precisa de 1. Diz que a sua preocupação é não aborrecer quem o colocou aqui e, com a diminuição de 2 vagas de vereador, só Deus sabe quem ganhará, pois ninguém dentro da Câmara é mais forte do que o outro. Alerta que a grande disputa será com 4 ou 5 candidatos a prefeito, o que representará 4 ou 5 vagas para vereador e isso, por si só, para ele, já é um motivo para pensar na sociedade. Comenta que já se elegeu com 13 e com 19 vagas e que o homem público se elege para apanhar, já que, apesar de tentar, não acerta sempre. Fala do respeito que tem para com o Vereador Maitan, autor da proposta de 9 vagas, assim como o Jonas, proponente das 13, e lembra que foi favorável também às 15 vagas, sempre disposto a apoiar a menor quantidade de cadeiras na Câmara. Finaliza alertando que o retrocesso é muito pior do que aquilo que se pretende fazer agora. / **Wilson Dille dos Santos:** — Ressalta que vai usar a sinceridade que sempre o norteou em todos os seus mandatos quando via o que era melhor para Cachoeiro e para o Legislativo. Frisa que os vereadores foram eleitos para representar a sociedade e que alcançou a eleição com 13, 12 e por 2 vezes com 19 vagas. Lembra que em todas as Câmaras que se elegeu conviveu com vereadores participativos, leais, sinceros e honestos e que não poderia mudar a sua forma de pensar. Enfatiza que, embora não seja o seu desejo apontar que houve demagogia em alguns discursos proferidos aqui, precisa registrar que muitos votaram por 9, 13 e 15 cadeiras, mas querendo que permanecessem as 19. Salaria que não pode apontar quem se posicionou dessa forma, mas que está usando de sinceridade, pois a sua defesa foi sempre em cima da boa representatividade do Legislativo, ou seja, com 19 vereadores. Justifica a sua postura, dizendo que veio do interior e sabe a dificuldade que os moradores de lá enfrentam quando ficam sem representação, sendo que em nenhum momento lhe provaram que os 6% que constitucionalmente são repassados à Câmara serão diminuídos; portanto, conclui que isso demanda gestão e forma de administrar. Lembra que, talvez, não seja o atual presidente que fará a administração das finanças da Câmara e reconhece que até o presente momento ele só administrou dificuldades, pois foram anos difíceis para os Vereadores David e Júlio. Analisa que quem assumirá a presidência também precisará saber administrar os 6%

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

38

que continuarão a ser repassados para a Câmara. Afirma que saberá dizer ao povo o motivo pelo qual votou para que permanecessem as 19 vagas, que foi a representatividade, e a não diminuição dos 6%. Ressalta que inclusive viu a possibilidade de aumentar o número de vereadores para 21, conforme permite a Constituição Federal, e que são esses e vários outros itens que o encorajam a fazer o enfrentamento sem sequer se desviar do seu raciocínio e de sua lógica. Quanto à resposta do povo a ele, deixa claro que poderá ser dada no dia 05/10 do ano que vem; assim, conclui que, se a população achar que com seus 5 mandatos já não merece mais o voto por ter optado pela permanência das 19 vagas, pode ficar à vontade que ele saberá respeitar tal decisão. Completa o seu discurso, dizendo que já viu ilustres vereadores passarem pela Câmara e terem apenas 1 mandato, mesmo tendo apresentado grandes projetos, porque o trabalho de representar o povo é amplo. Diz que realiza essa função diariamente com sua presença na Casa, dando conta do recado e da missão que o povo lhe confiou, o que continuará a fazer, se Deus quiser, até o dia 31/12/2016. Justifica a sua defesa para as 19 vagas dizendo que, se no passado já tiveram essa representatividade, agora, com 209 mil habitantes, não se pode regredir nesse ponto. Afirma que são 19 bons representantes e que, mesmo que ele fique de fora, gostaria de ver 18 dos atuais vereadores voltarem, porque acredita nessa composição da Câmara. Declara-se apto a justificar a sua escolha pelas 19 vagas seja na televisão, na rádio ou perante os eleitores por entender que a política é dinâmica e que aquele que não lhe deu voto no passado poderá fazê-lo futuramente, sendo preciso ter caráter e coragem para dizer a verdade. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Lembra que o colega registrou o fato de vereadores terem votado tanto na redução para 9 como para 13 ou 15 cadeiras e lhe sugere que olhe para os quadros que estão lá atrás e veja que ele, Amaral, esteve presente em todas as composições, seja com 12, 13 ou 19 vagas. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Finaliza dando os parabéns ao Vereador Amaral. / **Carlos Renato Lino:** — Registra que não haverá oportunidade de ocorrer essa votação novamente e que a sua posição é pelas 19 vagas. Frisa que, se for da vontade de Deus que ele retorne à Câmara para a legislatura de 2017 a 2020, que a sociedade saiba que está há 7 anos como vereador e completará 50 anos de idade, período em que soube sustentar a sua família com um salário mínimo. Portanto, conclui que, se estiver aqui e for para cortar na carne, para ele tanto fará. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Afirma ter ficado em dúvida quanto ao número 15 e ao 17 e que já havia decidido fazer aquilo que viesse ao seu coração, pois assinara as 2 propostas. Considera ter sido coerente, já que uma das propostas foi apresentada pela Mesa Diretora da Câmara e, como é a favor da redução, acredita que 17 ou 15 seria o número de vagas viáveis. Informa que o seu coração lhe pediu que votasse “não” ao 15, e sim ao 17, já que, diminuindo 2 vagas, haverá uma economia financeira para a Casa crescer e se organizar e manterá uma representação forte aqui. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz não ter dúvida de que a representatividade seja importante e que, quanto mais vereadores a Câmara tiver, melhor servidos estarão as comunidades e os distritos, o que tem sido contemplado com as 19 cadeiras. Acentua que, entretanto, ao analisar, nos últimos dias, as notícias de Municípios como Muqui e Mimoso que estão cortando na própria carne, diante das dificuldades financeiras e do clamor da população, assim como tem se visto até por parte do Governo Federal e principalmente do presidente desta Casa, decidiu optar pelas 17 vagas. Justifica que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

39

essa sua posição, mesmo em dúvida diante das 19 ou 17, foi por conta dessa situação, percebendo que mais do que nunca é necessário colocar a Câmara em ordem e nos trilhos até para permanecer a representatividade dela com menos 2 vagas, em função do momento econômico. / Logo após, a pedido do Presidente Júlio César Ferrare Cecotti, foi feita verificação de quórum, quando não foram constatadas ausências. / Na sequência, o **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município 04/2015**, acima descrito, foi rejeitado por 10 votos contra 9 do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Bastos Rodrigues, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, José Carlos Amaral, Júlio César Ferrare Cecotti, Leonardo Pacheco Pontes, Luis Guimarães de Oliveira e Rodrigo Pereira Costa. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, Elias de Souza, Ely Escarpini, Lucas Moulais, Osmar da Silva e Wilson Dille dos Santos. / **Seguem justificativas de voto.** / **José Carlos Amaral:** — Deixa claro que qualquer projeto para diminuir salário de vereador terá o seu voto e que na hora certa saberá fazer uma proposta com essa finalidade. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Agradece a votação dada ao projeto, reconhecendo que este é um país democrático e que, como não conseguiu fazer a redução para 9, 13, 15 nem 17, apresentará outro projeto diante da preocupação voltada a 2017, retirando 2 mil reais da verba de gabinete de cada vereador. / **Elias de Souza:** — Concorda com o Vereador Júlio, adiantando que assinará com certeza o projeto junto com ele, não só para reduzir o número de assessores, mas também para que seja feita uma reforma administrativa decente na Câmara, estabelecendo-se que nenhum servidor daqui possa ganhar mais do que o chefe do Poder Executivo. Classifica essa como uma medida extremamente importante para a Câmara e para a sociedade. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Responde ao Vereador Elias que isso é direito adquirido e são questões que não cabem a ele, Júlio, resolver. Segue solicitando ao secretário que faça nova chamada dos vereadores, porque a sessão ainda não terminou e há um colega querendo se pronunciar. / Logo após, feita nova chamada, foram constatadas as ausências dos Vereadores Alexandre Andreza Macedo, Brás Zagotto, David Alberto Lóss, Ely Escarpini, Fabrício Ferreira Soares, José Carlos Amaral, Luis Guimarães de Oliveira e Wilson Dille dos Santos. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Registra que podem até acusá-lo de querer jogar para a torcida, conjecturar que ele estava querendo aparecer; entretanto, a sua postura na Câmara condiz com o seu posicionamento de hoje, pois considerou uma mexida de 19 para 17 muito tímida, mas manteve a sua coerência e linha de 9, 13, 15 e 17 vagas. Reflete que, assim como a Câmara já teve 19 vagas, 12 e depois 13, este seria o momento de reduzir as cadeiras, mesmo que timidamente, até podendo aumentá-las na outra legislatura, com as mudanças que por ventura viessem a ocorrer. Analisa que o momento é de penúria, com o Governo Federal enviando para o Congresso a volta da CPMF e a taxaço das grandes fortunas, medida essa que considera até mais importante por achar que ricos não pagam impostos decentemente como o fazem as classes média e pobre. Diz que a redução de 2 ou de 4 vagas na Câmara Municipal seria uma resposta de austeridade à população e até aos desafios enfrentados por este Poder. Enfatiza que é o sonho de todos ver a Prefeitura ter a sua sede própria, assim como a Câmara Municipal e o fórum se locomoverem para outro eixo administrativo como se viu na Serra e na Grande Vitória. Relata que se faz necessário a idealização de um novo eixo de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

